



BANCO CENTRAL

— S. TOMÉ E PRÍNCIPE —



Relatório sobre a Economia
Santomense

2017



**Relatório Anual da Economia
Santomense
2017**

Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	8
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNACIONAL	9
3. ECONOMIA NACIONAL	14
3.1. Produto Interno Bruto	14
3.2. Níveis de Preço	15
3.3. Políticas Macroeconómicas	20
3.3.1. Agregados Monetários	20
3.3.2. Política Fiscal e Execução Orçamental	22
3.4. Sector Externo	26
3.4.1. Reservas internacionais líquidas (RIL)	27
3.4.2. Dívida Externa	28
3.4.3. Balança de Pagamentos	29
3.4.4. Mercado Cambial	32
3.5. Sistema Bancário	34
3.5.1. Activos	34
3.5.2. Estrutura de financiamento	37
3.5.3. Crédito bancário	41
3.5.4. Estrutura e Concentração	42
3.5.5. Qualidade da Carteira	43
3.5.6. Liquidez e rácio de transformação	45
3.5.7. Rendibilidade	47
3.5.8. Solvabilidade	49
3.6. Sistema Segurador	50
3.6.1. Evolução da Actividade Seguradora	50
3.6.2. Situação Financeira e Patrimonial	54
4. ANEXOS ESTATÍSTICOS	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- PRODUTO INTERNO BRUTO DOS PRINCIPAIS BLOCOS ECONÓMICOS	9
GRÁFICO 3 - PREÇO DO PETRÓLEO NO MERCADO INTERNACIONAL	13
GRÁFICO 2 - PREÇO DE OUTRAS MATÉRIAS-PRIMAS.....	13
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO	15
GRÁFICO 5 – CONTRIBUIÇÃO DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS PARA A INFLAÇÃO	16
GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA BASE MONETÁRIA	21
GRÁFICO 7 - FACTORES DE VARIAÇÃO DE LIQUIDEZ (%) E O ACTIVO EXTERNO LIQUIDO.....	22
GRÁFICO 8 - PRINCIPAIS SALDOS ORÇAMENTAIS.....	23
GRÁFICO 9 - RECEITAS PÚBLICAS.....	24
GRÁFICO 10 - CARGA FISCAL.....	25
GRÁFICO 11 - DESPESAS PÚBLICAS.....	25
GRÁFICO 12 - COMPOSIÇÃO DO FINANCIAMENTO.....	26
GRÁFICO 13 - RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS.....	27
GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA (EM MILHÕES DE USD)	28
GRÁFICO 15 - RELAÇÃO ENTRE A CARGA FISCAL E A IMPORTAÇÃO DE BENS DE CONSUMO.....	29
GRÁFICO 16 - BALANÇA COMERCIAL: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA.....	31
GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DO SECTOR EXTERNO (EM MILHÕES DE USD)	31
GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO DAS PRINCIPAIS MOEDAS.....	33
GRÁFICO 19- TAXA DE INFLAÇÃO HOMÓLOGA DE STP E DOS PRINCIPAIS PARCEIROS ECONÓMICOS.....	33
GRÁFICO 20 - EVOLUÇÃO DO ACTIVO	35
GRÁFICO 21 - ESTRUTURA DO ACTIVO	36
GRÁFICO 22 -TÍTULOS EM CARTEIRA	37
GRÁFICO 23 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DOS ACTIVOS.....	38
GRÁFICO 24 - ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO.....	39
GRÁFICO 25 - DEPÓSITOS POR SECTOR INSTITUCIONAL	40
GRÁFICO 26 - DEPÓSITOS POR MATURIDADE E POR MOEDA	40
GRÁFICO 27 - CRÉDITO POR SECTOR INSTITUCIONAL	41
GRÁFICO 28 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS BALCÕES DOS BANCOS	42
GRÁFICO 29 - CRÉDITO MAL PARADO	44
GRÁFICO 30 - CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO POR SECTOR.....	45
GRÁFICO 33 - LIQUIDEZ	46
GRÁFICO 34 - RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO E GAP COMERCIAL	46
GRÁFICO 35 - MARGEM FINANCEIRA	47
GRÁFICO 36 - CUSTOS E PROVEITOS.....	48
GRÁFICO 37 - RESULTADOS E RENDIBILIDADE.....	48
GRÁFICO 38 - ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS.....	49
GRÁFICO 39 - SINISTRALIDADE POR RAMOS	51
GRÁFICO 40 – ESTRUTURA DA CARTEIRA	52
GRÁFICO 41 – ESTRUTURA DA CARTEIRA.....	53
GRÁFICO 42 - ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	55
GRÁFICO 43 - PROVISÕES TÉCNICAS	57
GRÁFICO 44 - COBERTURA DE PROVISÕES TÉCNICAS.....	57
GRÁFICO 45 - RÁCIOS DE RENDIBILIDADE.....	58
GRÁFICO 46 - MARGEM DE SOLVÊNCIA.....	59

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA MUNDIAL.....	10
TABELA 2 - TAXAS DE JURO (%).....	20
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA TRANSACÇÃO EXTERNA DE BENS E SERVIÇOS.....	30
TABELA 4 - HIRSHMAN E HERFINDAHL (IHH) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO, ACTIVOS E DEPÓSITOS.....	43
TABELA 5 - EVOLUÇÃO DE PRÉMIOS.....	51
TABELA 6 - INDEMINIZAÇÕES PAGAS (MILHÕES DE NOVAS DOBRAS).....	54
TABELA 7 - SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (MILHÕES DE NOVAS DOBRAS)	55

ABREVIATURAS

AE – Área do Euro

AEL – Activo Externo Líquido

AIL – Activo Interno Líquido

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BCSTP – Banco Central de S. Tomé e Príncipe

BdP – Banco de Portugal

BM – Base Monetária

CE – Crédito à Economia

CLG – Crédito Líquido ao Governo

DES – Direito Especial de Saque

EUA – Estados Unidos de América

EUR - Euro

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOMC – *Federal Open Market Committee*

IDA – Associação para o Desenvolvimento Internacional

M0 – Circulação monetária + reserva

M1 – M0 + Depósito à Ordem

M2 – M1 + Depósitos à Prazo

M3 – M2+ Depósitos em ME

ME - Moeda Estrangeira

MN – Moeda Nacional

nDobras – Nova Dobra

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB – Produto Interno Bruto

PIP – Programa de Investimento Público

RIL – Reservas Internacionais Líquidas

RMC – Reserva Mínima de Caixa

TOFE - Tabela de Operações Financeiras do Estado

USD – Dólar Americano

WEO – *World Economic outlook*

Conselho de Administração

Governador | *Hélio Silva Vaz de Almeida*

Vice-Governadora | *Massari Lima Fernandes*

Administrador | *Dilson de Sousa Pontes Tiny*

Administrador | *Gareth Espírito Santo Guadalupe*

Administradora | *Jackilina Trindade*

Conselho Fiscal

Presidente | *Filipe das Neves Boa Morte*

Vogal | *Alberto Ferreira Chong*

Vogal | *Edygelque Seny do Rosário Quaresma*

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

Gabinete de Consultoria | *Alcino Batista de Sousa*

Gabinete do Governador | *Celasiê Ferreira Trindade*

Direção de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos | *Raul António da Costa Cravid*

Direção de Estatísticas Económicas e Financeiras | *Antónia Santana*

Direção de Sistemas de Informação | *Venâncio Afonso Quaresma*

Direção de Estudos Económicos | *Esperança Santiago Costa*

Direção de Contabilidade e Controlo Interno | *Fernando Lázaro Quintas*

Direção de Mercados e Gestão de Liquidez | *Hermes Nascimento*

Direção de Supervisão às Instituições Financeiras | *Lara Beirão Guadalupe*

Gabinete de Auditoria Interna e *Compliance* | *Paulina Castelo David*

Direção de Relações Externas e Organização | *Maria Florentina Pires Bonfim*

Direção de Sistemas de Pagamentos | *Maria Piedade Daio*

Gabinete de Supervisão Comportamental e Apoio ao Consumidor | *Octávio Boa Morte*

Direção de Emissão e Tesouraria | *Maria Fernanda Carvalho*

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2017, a economia santomense cresceu 3,9%, inferior em 0,3 p.p. em relação a 2016. Esta evolução reflectiu alguma inércia relativamente ao aproveitamento do processo de retoma do crescimento global, em particular a zona euro, a principal parceira económica do país, que apresentou uma recuperação substancial neste período. A menor performance da economia nacional em relação a 2016 deve-se às dificuldades de captação de recursos externos para a implementação do programa de investimentos.

A inflação situou-se em 7,7% contra 5,1% em 2016, reflectindo as pressões internas sobre os preços dos produtos hortícolas, pescado e as bebidas, resultantes da redução da oferta destes produtos na sequência de uma, maior pluviosidade durante o primeiro semestre, associado ao impacto do agravamento fiscal sobre o consumo e importação de bebidas alcoólicas.

Em Junho o BCSTP decidiu reduzir a taxa de juro de referência de 10% para 9% e a taxa de facilidade de cedência de liquidez de 12,5% para 11%, ao mesmo tempo que adoptou algumas medidas visando reduzir os níveis de risco de crédito e promover a intermediação financeira. Esta decisão reflectiu a preocupação acrescida com a melhoria das condições de financiamento interno tentando dinamizar por essa via, a actividade económica.

Porém, esses esforços foram debelados por um conjunto de externalidades que fragiliza o sistema financeiro, sob forma de elevado nível de risco de crédito, alto nível de liquidez e baixos níveis de rentabilidade. Por outras palavras, a conjuntura interna não tem propiciado às instituições financeiras oportunidades de negócio que permitem reforçar a rentabilidade.

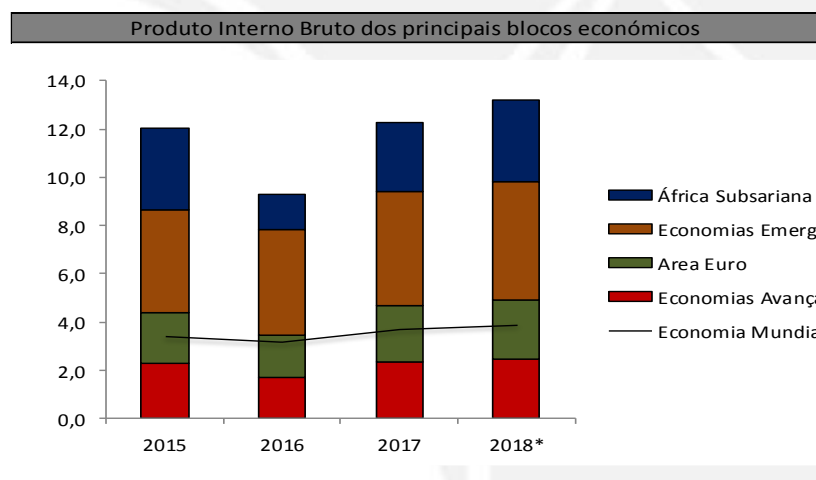
Quanto a disponibilidades sobre o exterior, as reservas internacionais líquidas (RIL) mantiveram-se nos limites do recomendável, ou seja, 3 meses de importação.

Em termos prospectivos, espera-se que a actividade económica em 2018 cresça ao nível do registado em 2017, dada a persistência das incertezas inerentes a captação de financiamento externo e a evolução pouco expressiva das exportações. Quanto a evolução dos preços, projecta-se uma certa desaceleração da inflação em linha com o objectivo de estabilização dos preços a médio prazo.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNACIONAL

No contexto económico internacional, ao nível dos parceiros do país, verificou-se uma expansão extensível a todos os países da Área do Euro, enquanto que na África Subsariana, em particular Angola, a recuperação económica manteve-se abaixo das expectativas. Os dados do FMI¹ apontam para um crescimento do PIB mundial em torno dos 3,8% em 2017 contra 3,2% do ano anterior, representando um acréscimo de 0,6 p.p. Este crescimento caracteriza-se por uma conjuntura de expansão económica resultante dos impactos positivos das políticas monetárias acomodáticas, reflectindo num fortalecimento do consumo das famílias e do aumento da confiança no sector empresarial (sobretudo nas economias avançadas). O crescimento das economias de mercado emergente beneficiou de um aumento de exportação de matéria-prima, por um lado, fruto das políticas monetárias acomodáticas dos países de economia mais avançada, o que se traduziu num maior acesso ao crédito e, por outro lado do aumento dos preços de matéria prima no mercado internacional.

Gráfico 1- Produto Interno Bruto dos Principais Blocos Económicos



Fonte: WEO - tratamento do BCSTP

A inflação global aumentou de 3,0% em 2016 para 3,2% em 2017, na sequência da recuperação dos preços das matérias-primas, em especial do petróleo.

¹ WEO, FMI

No que diz respeito aos preços de matérias-primas com relevância para o mercado nacional, verificou-se um aumento de 22,1% do petróleo, enquanto que o cacau e o café registaram diminuições de 31% e 1,3%, respectivamente.

Tabela 1 – Indicadores de Actividade Económica mundial

Região/Grupo de Países	Variável	2015	2016	2017	2018*
Economia Mundial	PIB	3,5	3,2	3,8	3,9
	Inflação	2,8	3,0	3,2	3,5
Economias Avançadas	PIB	2,3	1,7	2,3	2,5
	Inflação	0,5	1,5	1,7	2,0
EUA	PIB	2,9	1,5	2,3	2,9
	Inflação	0,7	2,2	2,1	2,6
Japão	PIB	1,4	0,9	1,7	1,2
	Inflação	0,2	0,3	0,6	0,8
Reino Unido	PIB	2,3	1,9	1,8	1,6
	Inflação	0,1	1,2	3,0	2,7
Area Euro	PIB	2,1	1,8	2,3	2,4
	Inflação	0,2	1,1	1,4	1,6
Portugal	PIB	1,8	1,6	2,7	2,4
	Inflação	0,3	0,9	1,6	1,8
Economias Emergentes	PIB	4,3	4,4	4,8	4,9
	Inflação	4,6	4,2	4,3	4,6
China	PIB	6,9	6,7	6,9	6,6
	Inflação	1,6	2,1	1,8	2,8
Brasil	PIB	-3,6	-3,5	1,0	2,3
	Inflação	10,7	6,3	2,9	3,9
África Subsariana	PIB	3,4	1,4	2,8	3,4
	Inflação	8,1	12,5	10,3	9,6

Fonte: WEO/*Previsão

Estados Unidos da América

O crescimento da economia americana acelerou em 2017, fixando-se em 2,3% contra 1,5% registados em 2016. Este desempenho favorável resultou do aumento do consumo, do investimento privado, e de exportação.

No que diz respeito a política monetária, esta tem sido cada vez menos acomodatória dado que o Comité de Operações de Mercado Aberto (FOMC) decidiu em Dezembro, aumentar a taxa de juro federal em 25 pontos base, passando a fixar-se no intervalo de (1,25% -1,50%). Em linha com esta decisão, as taxas de juro a 3 meses aumentaram para 1,58%.

Reino Unido

O crescimento do PIB do Reino Unido foi de 1,8% em 2017, contra 1,9% verificado em 2016, explicado essencialmente pela contribuição de exportações. Este crescimento é o mais baixo registado desde 2012, como resultado do impacto negativo do aumento dos preços no consumo privado. A inflação permanece elevada, verificou-se 3,0% em 2017 enquanto que no ano anterior havia se registado 1,2%. Esses valores limitam a capacidade de consumo dos agentes económicos, facto que reforça as incertezas em torno do Brexit.

Área do Euro (AE)

A economia da AE mostrou-se mais resiliente em 2017. Os dados apontam para um crescimento de 2,3% contra 1,8% do ano precedente. Este desempenho reflecte, por um lado, a tendência do crescimento mundial, resultante do impacto positivo do aumento da exportação, e por outro, o aumento tanto do consumo das famílias bem como do investimento empresarial, apoiados por uma política monetária acomodatória. O consumo privado registou um crescimento médio anual em torno de 1,8%, impulsionado pela subida de rendimentos do trabalho (aumento do número de empregados) e pelas taxas de juro baixas. Por seu turno, o dinamismo do investimento empresarial foi determinado pelo fortalecimento da procura interna e externa na região, associado ao aumento dos lucros das empresas e da maior utilização da capacidade produtiva.

A inflação da AE aumentou em 2017, tendo se fixado em 1,4% (1,1% em 2016), determinada, essencialmente, pelo aumento de produtos energéticos. A inflação subjacente (excluindo produtos energéticos e alimentares) manteve-se relativamente em linha (1% face a 0,9% em 2016), reflectindo a moderação dos custos internos.

Portugal

Em 2017, o PIB aumentou em termos reais 2,7% contra 1,6% registados em 2016. Este crescimento está ligeiramente acima da média da AE, e é justificado pela evolução das exportações de serviços (turismo), das actividades imobiliárias e do investimento no sector da construção. O processo de expansão económica de Portugal deverá manter-se nos próximos anos, beneficiando de uma perspectiva favorável do enquadramento, sobretudo da AE.

No tocante à inflação, registou-se um aumento de 1,6%, contra os 0,9% de 2016. Este aumento deveu-se à forte procura de serviços hoteleiros e restauração e ao aumento do preço da matéria-prima energética no mercado internacional.

China

A economia chinesa, actualmente uma das parceiras económica do país, manteve a dinâmica de um crescimento estável e robusto, tendo registado em 2017 um crescimento de 6,9%, cerca de 0,2 p.p. acima do registado no ano anterior. Este fortalecimento da economia chinesa é resultado da facilitação do crédito ao sector privado, com fortes impactos no aumento da procura interna, do aumento das actividades no sector de infraestrutura e do investimento no mercado imobiliário. A inflação atingiu 1,8% em 2017 contra 2,1% em 2016.

África Subsariana

A economia subsariana recuperou em 2017, com um crescimento de 2,8% contra 1,4% em 2016. Este desempenho foi impulsionado pela dinâmica das maiores economias da região, em particular a Nigéria e a África do Sul, enquanto, cerca de um terço das economias registou crescimento negativo. Os factores associados a evolução da região prendem-se essencialmente à subida de preços de energia e de matérias-primas e das condições de financiamento global. No entanto, ressalva-se que, a recuperação económica da região continua abaixo das expectativas. Ao facto deve-se à fraca evolução do rendimento per-capita, ao baixo nível de investimento e ao baixo nível de produtividade.

Angola

Para a Angola, parceira importante de S. Tomé e Príncipe, estima-se² um crescimento de 0,7% contra uma redução de 0,8% do ano anterior, justificado pela recuperação do preço de petróleo e aceleração da actividade do sector não petrolífero.

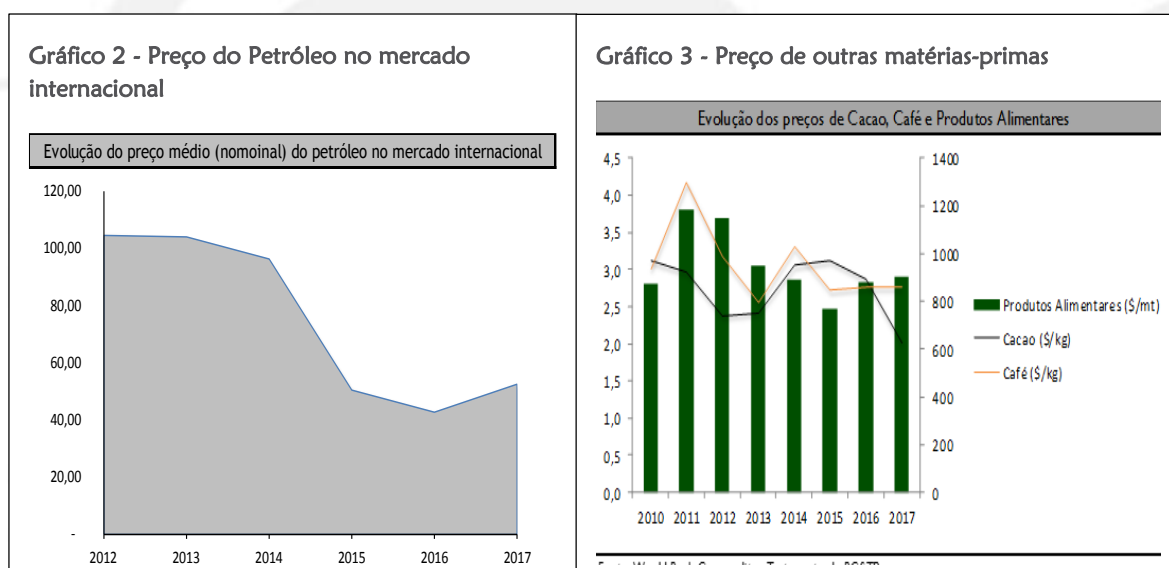
² FMI

Relativamente a inflação, após ter-se registado um aumento de 41,95% em 2016, observou-se uma desaceleração em 2017, fixando-se em 23,4%, situação que pode estar associada a relativa estabilização do Kwanza face ao Dólar.

Preço das matérias-primas

Depois da queda acentuada verificada nos últimos dois anos, o preço nominal médio de petróleo, em 2017, registou uma recuperação significativa, tendo passado de 42,81 Dólares por barril em 2016 para 52,81 Dólares por barril em 2017, (ver gráfico 2). A recuperação verificada foi, essencialmente, determinada pela prorrogação de acordos entre a OPEP e outros produtores internacionais como a Rússia, para a redução de produção, resultando no aumento da procura acima do previsto para 2017.

Contudo, quando se compara os preços praticados no período em análise em relação aos últimos cinco anos, destaca-se que os preços atingiram 105,01 Dólares por barril em 2012.



Registou-se igualmente a recuperação de 6% do preço de matérias-primas não energéticas em 2017, impulsionado pelo aumento dos preços dos metais. Por seu turno, os preços de produtos alimentares em geral caíram 1% em 2017, reflectindo o substancial aumento da oferta de sementes de soja, trigo, óleo de palma e milho. Contudo, esta redução de preços dos produtos alimentares foi largamente compensada pelo aumento do preço de metais.

3. ECONOMIA NACIONAL

3.1. Produto Interno Bruto

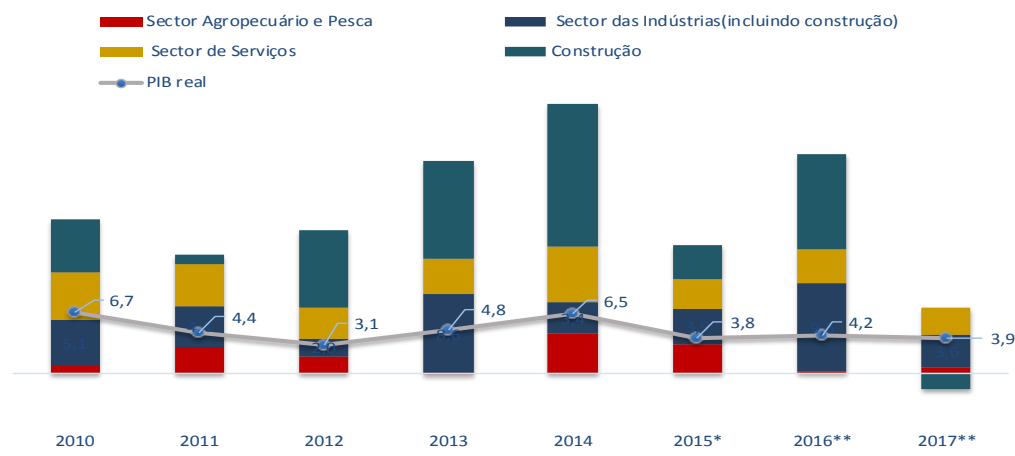
As estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para uma desaceleração da actividade económica em 2017. Ao facto deve-se, essencialmente, à diminuição das contribuições dos sectores das indústrias, com particular realce para a construção, com uma participação negativa de cerca de 2%, e à acentuada desaceleração dos serviços turísticos (alojamento e restauração). Com efeito, o crescimento do PIB foi estimado em 3,9% (0,3 p.p. abaixo do registado em 2016).

O relativo abrandamento do produto em 2017 foi generalizado a quase todos os subsectores económicos, à excepção da “agricultura e produção animal” e da “produção e distribuição de electricidade, água e gás”, com participações acima dos 8%. O valor acrescentado bruto total reduziu-se para 2,9% no período em análise, evidenciando uma diminuição do valor acrescentado na indústria (incluindo a construção) de 9,6% em 2016 para 3,6% em 2017, enquanto o sector dos serviços apresentou uma redução de 0,8 p.p. em termos homólogos.

A redução do consumo público decorrente da continuada queda do financiamento externo, associada a redução dos influxos do IDE foram determinantes para a evolução dos sectores das indústrias e dos serviços em 2017.

O ritmo do crescimento económico registado em 2017, não foi menor graças ao aumento verificado na importação de bens de capital, e aos serviços associados ao sector turístico que apesar de desaceleração acentuada contribuíram positivamente, ao registar um valor acrescentado de 8,6%.

Gráfico 4 - Evolução do Produto interno Bruto

PIB Real (Taxa de Variação Homóloga (%))

Fonte: INE/ Cálculo: BCSTP

* Dados semi-definitivos, ** dados sujeitos a revisão

3.2. Níveis de Preço

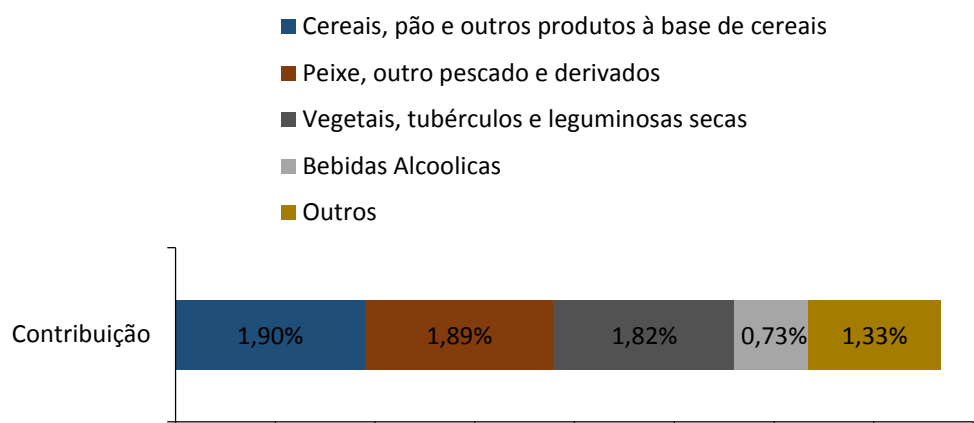
A inflação homóloga anual (medida pelo IPC) acelerou para 7,7% em 2017, após o registo de 5,1% em 2016 e de 4,0% em 2015.

Ao determinar a evolução da inflação em 2017, destacam-se as condições meteorológicas adversas e o aumento da carga fiscal, implementada em Março e Setembro, sobre o direito do consumo, e em Junho sobre o direito de importação. Com efeito, os produtos cuja oferta é influenciada por condições climáticas (como os produtos agrícolas e hortícolas e o pescado) e os que foram sujeitos ao agravamento da carga fiscal (alguns bens alimentares e as bebidas alcoólicas importadas) representaram mais de 80% de toda a inflação gerada em 2017.

Por seu turno, constata-se, após a implementação do novo cabaz de consumo, essencialmente centrado na inclusão de produtos de maior volatilidade, alguma pressão inflacionária, na medida em que, além da introdução de mais de 200 produtos, alterou-se as ponderações das subclasses, produtos alimentares (aumento do peso de 67,5% para 70,2%) e as bebidas (aumento do peso de 4,3% para 6,2%).

Gráfico 5 – Contribuição das principais categorias para a inflação

Contribuição para a inflação



Fonte: INE/ Cálculo: BCSTP

Caixa 1. Impacto dos choques climático e fiscal na inflação em 2017

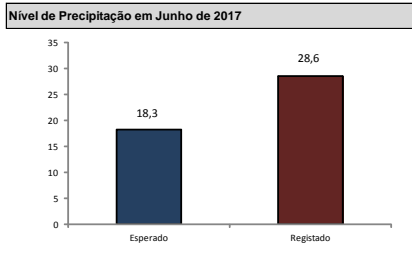
O impacto das condições climáticas não constitui, *por si*, um facto novo. Contudo, reflecte, em grande medida, as fragilidades dos sectores agrícolas e pesqueiro, situação que se agrava com profundas limitações na rede nacional de distribuição. No entanto, a precipitação ocorrida no mês de Junho (época da gravana) distorceu ofertas de produtos de produção local, imprimindo maior pressão sobre o preço destes produtos no período em referência.

Outrossim, o aumento da carga fiscal implementada em Março, Junho e Setembro teve um forte impacto sobre a importação de bens de consumo, com particular realce, sobre as importações de bens alimentares e bebidas alcoólicas que contraíram em termos homólogos 60,3% e 49,2% em Julho, respectivamente.

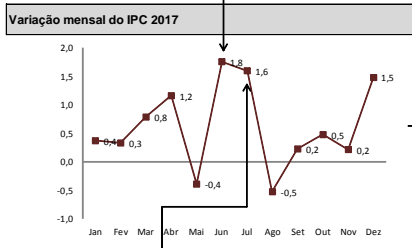
Como consequência, houve uma maior pressão inflacionária nos meses de Junho (1,76%) e Julho (1,60%), que juntos representam 45% da inflação anual.

A análise do impacto destes eventos revela que na ausência dos mesmos, a inflação andaria a volta dos 4,47%, e estima-se um acréscimo de 3,0% (1,65% - impacto das condições climáticas; 1,35% - impacto do aumento da carga fiscal), conforme o gráfico abaixo.

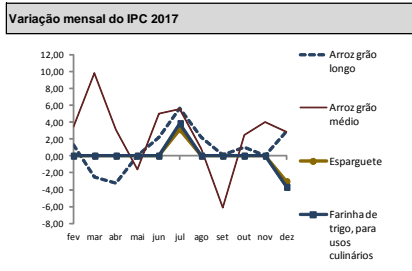
Caixa 1. Impacto dos choques na inflação em 2017 (cont.)



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia

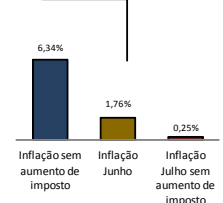
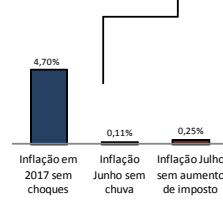
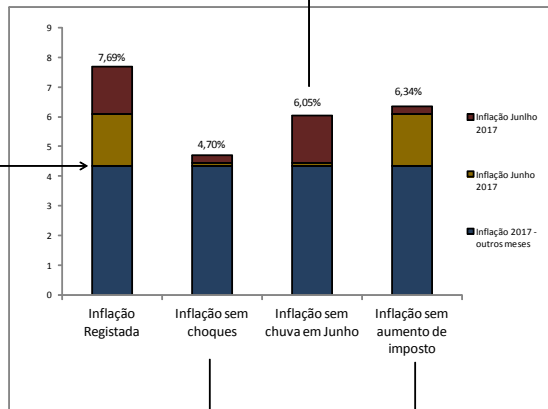
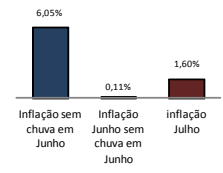


Fonte: Instituto Nacional de Estatística



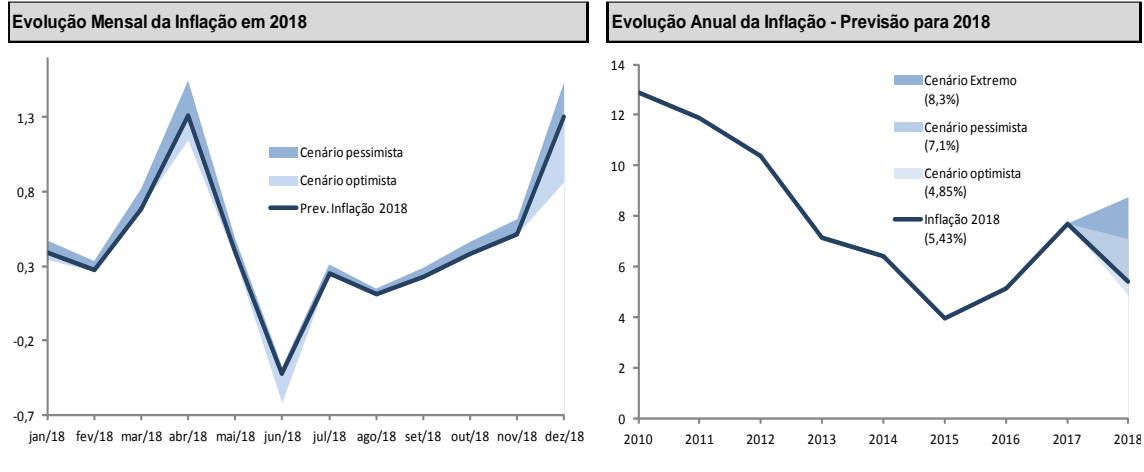
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Impacto dos choque em 2017: 3%
Impacto das condições climáticas: 1,65%
Impacto do aumento do imposto: 1,35%



Caixa 2. Perspectivas para a inflação

Gráfico 4 – Previsão



Fonte: INE/ Cálculo: BCSTP

Fonte: INE/ Cálculo: BCSTP

Pressupostos

O cenário mais pessimista, incorpora a materialização de alguns dos principais riscos para a inflação, com destaque para:

- **Choques do lado da oferta:** Este factor incorpora aspectos diversificados. Incorpora 1) choques decorrentes derivados de condições meteorológicas, 2) pragas e escassez de insumos para produção agrícola e hortícola, e 3) constrangimentos ao nível de importação de bens de consumo;
- **Reservas internacionais:** após atingir o máximo em Julho de 2015, os Activos Externos Líquido (AEL) têm contraído de forma persistente, fixando-se em Dezembro de 2017 ao mesmo nível de Setembro de 2012. A este comportamento, deve-se a evolução dos AEL tanto do Banco Central como dos Bancos comerciais que entraram numa espiral descendente a partir do segundo trimestre de 2015, sendo que as dos Bancos Comerciais encontram-se também ao mesmo nível de 2010. Esta é uma consequência da utilização, por parte destas instituições financeiras, de suas reservas externas para atenderem as necessidades (disponibilização de divisas para importação) dos agentes económicos, num cenário de pouca captação de divisas. A manutenção desta tendência de queda, poderá levar a que os Bancos percam a capacidade de disponibilização de divisas. Ao acontecer, esse facto levará a uma maior pressão sobre os AEL do Banco Central, com sérias implicações ao nível da redução da oferta de produtos alimentares importados, e por sua vez, e no aumento da inflação.

Caixa 2. Perspectivas para a inflação (cont.)

- **Preço do petróleo no mercado internacional:** O pressuposto assumido para a avaliação do perfil deste factor de risco, introduzido em Janeiro de 2017, foi que o preço dos produtos petrolíferos fixados para o retalho, no âmbito da implementação do *Mecanismo de Correção Automática*, fosse compatível com o preço do petróleo no mercado internacional para o mesmo período. De acordo com as informações disponibilizadas pela OPEP, observou-se um aumento de 14% no preço médio do petróleo no mercado internacional, de Janeiro de 2017 a Dezembro de 2018. Este facto poderá constituir um elemento de pressão no sentido de aumento do preço dos produtos petrolíferos ao nível nacional.
- **Outros factores de risco:** Para além dos factores já identificados, 2018 será marcado por ocorrência de eventos que poderão ter impactos consideráveis sobre o nível geral de preços, com destaque para:
 - I. Realização dos Jogos da CPLP no mês de Junho;
 - II. Provável realização de eleições legislativa no terceiro trimestre do ano.

No entanto, na ausência destes choques, e com a implementação de algumas medidas para estabilizar a oferta de produtos alimentares de origem local, como a construção de novas estufas para a produção hortícola, assume-se que a inflação retomará a ritmo de desaceleração.

3.3. Políticas Macroeconómicas

Considerando a evolução e a perspectiva dos principais indicadores macroeconómicos, e centrado na manutenção de níveis de reservas externas consistentes com o regime cambial de paridade fixa com o Euro, em vigor, o BCSTP decidiu orientar-se por uma política monetária menos restritiva e adoptou medidas de gestão de liquidez visando melhorar o mecanismo de transmissão de política monetária. Com efeito, alterou em Junho a taxa de referência de 10% para 9%, e a taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez de 12,5% para 11%.

Contudo, a taxa média de mercado manteve-se elevada na sequência da manutenção do alto índice de risco de crédito devido a dificuldade de execução de garantias para a sua cobertura. De notar que, o spread mantém-se em torno de 16,1%.

Tabela 2 - Taxas de Juro (%)

	2015	2016	2017
TAXA DE JUROS DE REFERÊNCIA DO BCSTP	10,0	10,0	9,0
Taxas de Juros Ativa	23,3	19,9	19,6
Taxas de Juro Passiva	6,5	4,3	3,5
Spread	16,8	15,7	16,1

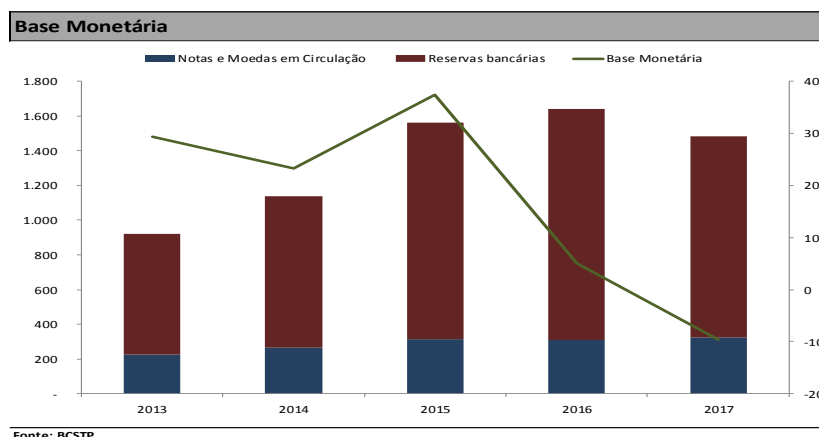
Fonte: BCSTP

3.3.1. Agregados Monetários

O ano em análise continuou marcado por uma maior moderação monetária, na sequência da redução generalizada dos agregados monetários.

A Base Monetária em 2017 registou uma contracção de cerca de 10%, reflectindo a queda das reservas dos bancos em moeda nacional (13%), enquanto as notas e moedas em circulação cresceram 5%. Este resultado é reflexo de uma maior aplicação em Bilhetes de Tesouro (BT's), num contexto em que os bancos permanecem restritivos na concessão de crédito, dadas as limitações mencionadas no ponto anterior.

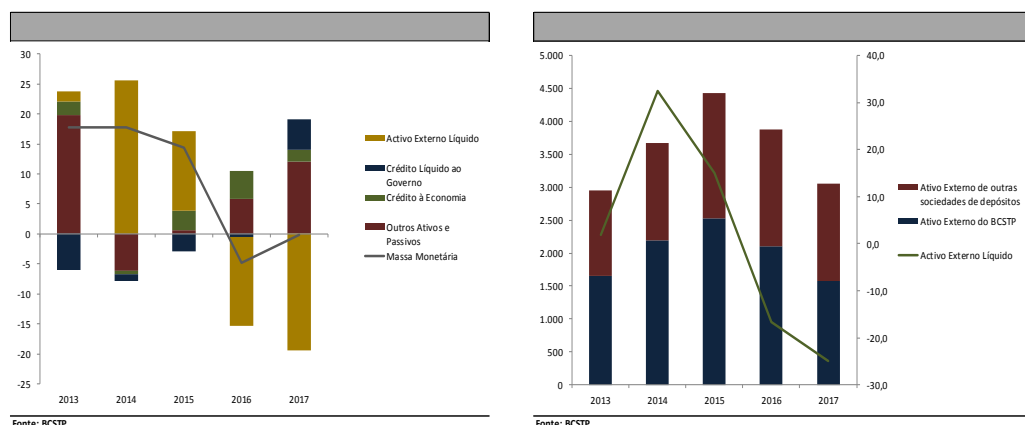
Gráfico 6 - Evolução da Base Monetária



O agregado mais amplo (M3) manteve-se paticamente inalterado comparativamente ao ano anterior, dada a persistência da trajectória descendente dos Activos Externos Líquido (AEL) do país. Com efeito, analisando os factores de variação da massa monetária (cf. gráfico), verificou-se uma ligeira contracção desta na ordem de 0,2%, determinada pela contribuição negativa do AEL em cerca de 19,4%, sendo de notar que, esta contracção foi amortecida pelas contribuições positivas do CE (2 %) e do crédito líquido ao Governo (5%).

De ressaltar que, o CE que em 2016 evidenciou sinais de alguma recuperação, voltou a abrandar (crescimento de 2,5% em 2017 contra os 6,6% em 2016), reflectindo por um lado, o fraco dinamismo da actividade económica no período em análise, como, uma supervisão mais efectiva a nível da classificação dos activos. Paralelamente, registou-se aumento do crédito bruto de 42% à Administração Central, decorrente de uma maior emissão de BT's para financiamento da tesouraria, num contexto em que o acesso ao financiamento externo tem sido mais limitado.

Gráfico 7 - Factores de Variação de Liquidez (%) e o Activo Externo Líquido



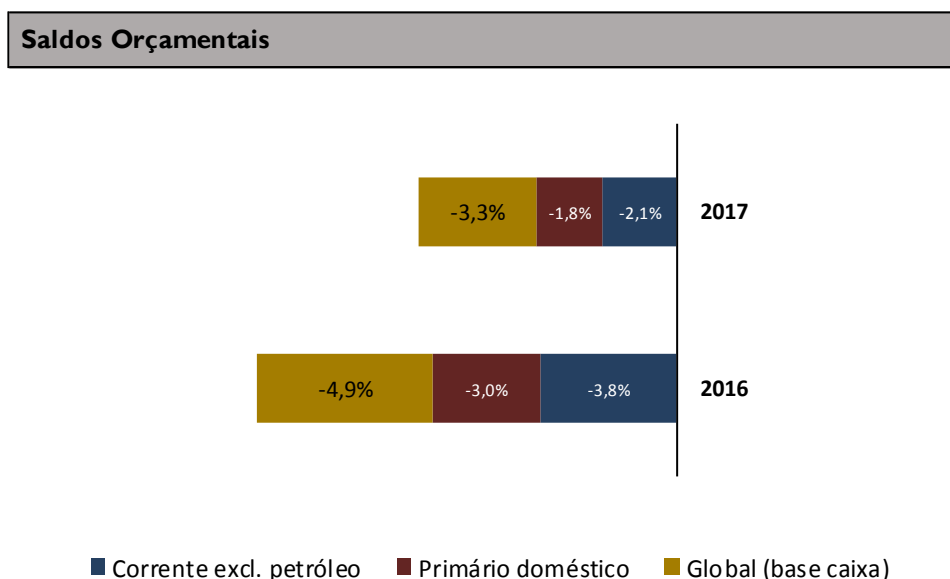
3.3.2. Política Fiscal e Execução Orçamental

A consolidação fiscal foi marcada pela elaboração de um orçamento rectificativo em Julho de 2017, visando garantir a meta do défice primário de 1,8%, estabelecido no âmbito do acordo com o FMI (ECF).

Com efeito, foi aprovado um conjunto de medidas rectificativas que incluíram disposições de controlo de despesa ao nível dos serviços públicos, mas também medidas do lado das receitas fiscais, das quais se destacam um aumento das taxas e sobretaxas aduaneiras aplicáveis a produtos importados considerados prejudiciais, tanto, para a saúde pública, como o ambiente (bebidas alcoólicas, enchidos, carros e pneus usados).

Em 2017, o défice primário interno reduziu-se significativamente atingindo os 1,8 % do PIB em linha com o definido no Orçamento Rectificativo, reflectindo o aumento da arrecadação das receitas correntes e uma redução nas despesas primárias internas, sobretudo ao nível das despesas com pessoal e das transferências correntes. Os restantes saldos orçamentais acompanharam esta tendência de consolidação (cf. Gráfico 9).

Gráfico 8 - Principais Saldos Orçamentais



Fonte: Direcções do Tesouro Público e do Orçamento de STP

Receitas Públicas

Do lado das receitas, a performance dos donativos e das receitas correntes, conduziram a uma diminuição de 13% das receitas totais comparativamente a 2016, o que corresponde a uma execução de apenas 74%.

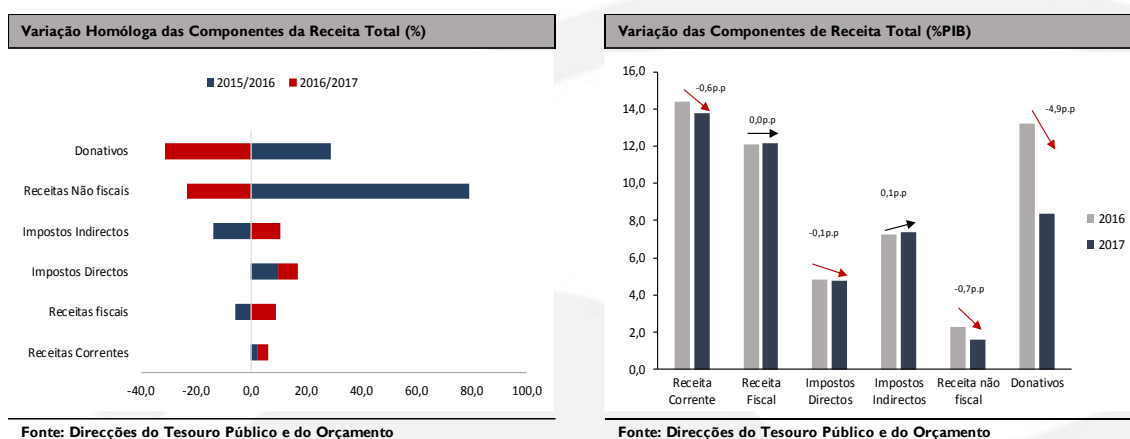
As receitas correntes registaram uma execução de cerca de 90% em relação ao programado no Orçamento Rectificativo, um aumento de 6,4% em relação ao arrecadado em 2016. Este resultado está associado à maior arrecadação das receitas fiscais, sobretudo nas componentes, taxa sobre a importação (5%) e o IRC (48%), justificado pelas melhorias verificadas nas auto-liquidações e as operações de retenções na fonte decorrentes das distribuições dos dividendos do Banco Internacional de STP (BISTP) e da Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO).

Relativamente à cobrança do IRS, registou-se uma redução de 8%, justificada por diversos factores: (i) os ajustamentos fiscais feitos a parcela a abater, que entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2017; (ii) a diminuição de rendimentos associados aos contratos de arrendamento cancelados pelos cidadãos Taiwaneses; e (iii) o impacto negativo da

redução dos rendimentos de depósitos bancários, resultado dos baixos níveis das taxas de juros passivas.

Os Donativos registaram um nível de execução de 58% face ao programado, o que corresponde a uma diminuição de 31,2% comparativamente a 2016. Essa redução resulta também da não entrada do donativo do Banco Mundial.

Gráfico 9 - Receitas Públicas

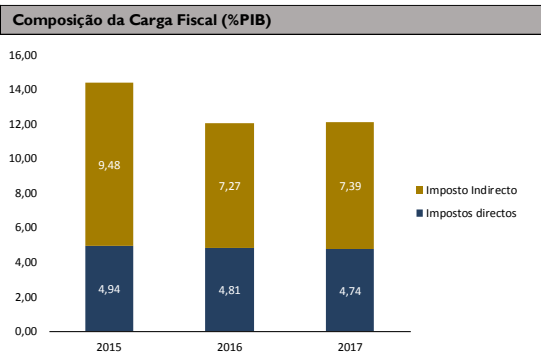


Quanto aos impostos indirectos, registou-se um aumento de 11% resultante essencialmente, do desempenho dos impostos sobre consumo dos serviços (+60%) e dos impostos aduaneiros (5%).

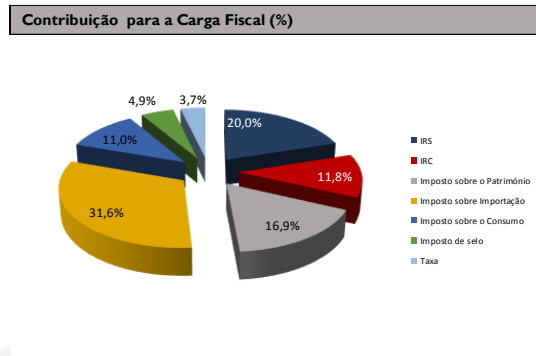
O total de tributos arrecadados no período ao nível dos impostos indirectos ficaram marcados, por algumas medidas fiscais, as quais:

- Aumento das taxas de direitos sobre o consumo em Março 2017;
- Aumento da taxa de direitos aduaneiros sobre importação em Junho de 2017;
- Agravamento da taxa de direitos sobre o consumo em Setembro de 2017.

Gráfico 10 - Carga fiscal



Fonte: Direcções do Tesouro Público e do Orçamento de STP



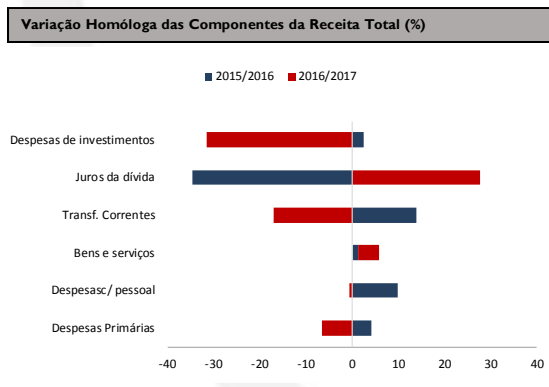
Fonte: Direcções do Tesouro Público e do Orçamento de STP

Despesas Públicas

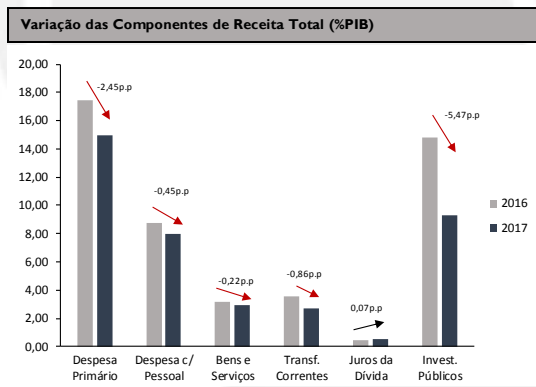
Na vertente das despesas, registou-se uma redução acentuada dos gastos públicos em torno dos 17,1%, o que corresponde a um grau de execução de 69% do programado para o ano. A redução da despesa total reflecte, essencialmente, o decréscimo das despesas de investimento público em 31,5%, situação que decorre da contida mobilização dos recursos tanto internos, como, externos.

As despesas primárias internas, registaram uma redução de 6,5%, reflectindo a diminuição das despesas correntes, na sequência da contracção (17%) nas transferências correntes para os serviços autónomos e os Institutos Públicos. Paralelamente registou-se uma contenção (-0,5%) das despesas com o pessoal.

Gráfico 11 - Despesas Públicas



Direcções do Tesouro Público e do Orçamento

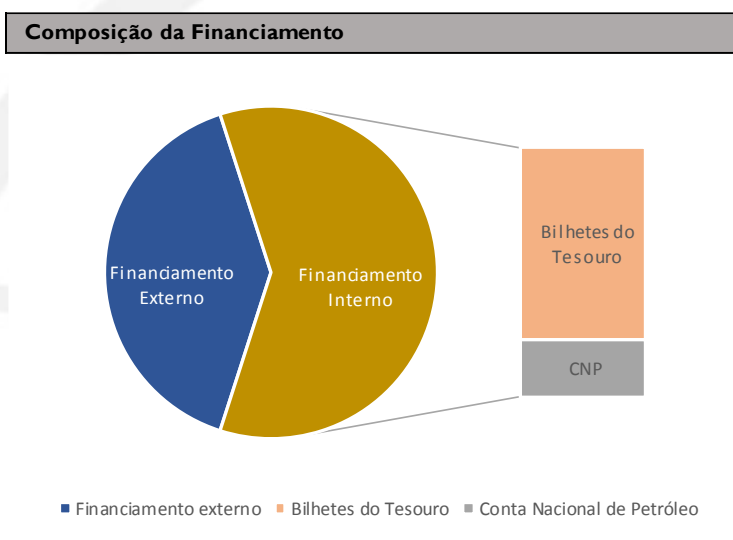


Fonte: Direcções do Tesouro Público e do Orçamento

Financiamento

Em 2017, o défice global foi financiado essencialmente, pelo recurso ao financiamento bancário interno (aumento das emissões dos BT's em cerca de 31% num total de 350 mil milhões de nDobras) e da transferência da Conta Nacional de Petróleo (CNP), enquanto o financiamento externo registou um grau de execução abaixo do 50% do programado para o ano (desembolsos do BAD, BADEA, FMI, Angola Portugal, num total de 197 mil milhões de nDobras).

Gráfico 12 - Composição do Financiamento



Fonte: Direcções do Tesouro Público e do Orçamento

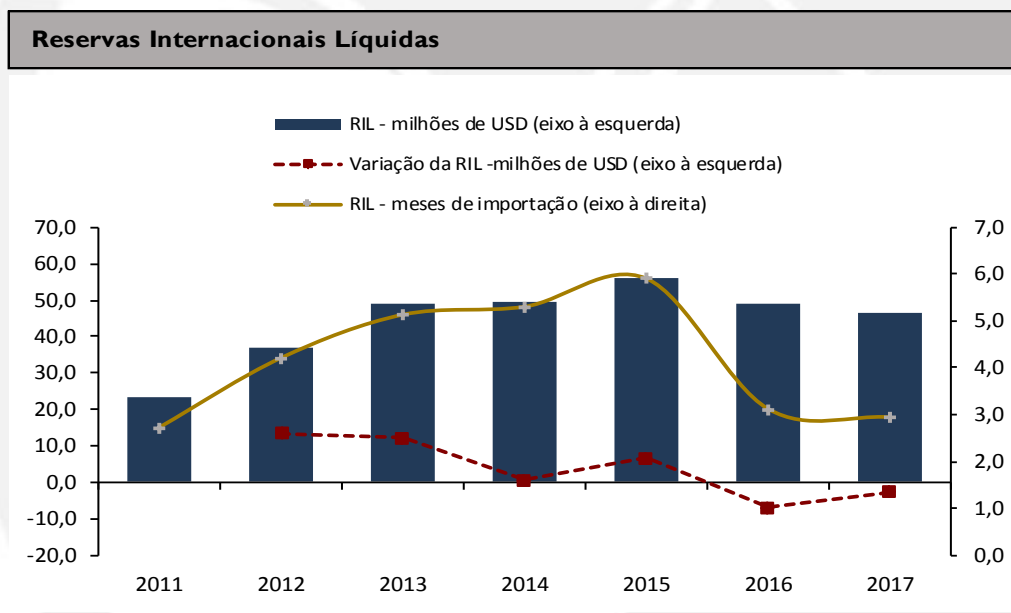
3.4. Sector Externo

A evolução das principais contas externas, evidenciam continuidade de dificuldades do sector externo em 2017.

3.4.1. Reservas internacionais líquidas (RIL)

As reservas externas do país continuam a evoluir em sentido decrescente, reflectindo por um lado, o fraco desempenho das receitas de exportação e por outro, as dificuldades na captação de recursos externos desde meados de 2016. Com efeito, registou-se uma redução das disponibilidades externas do BCSTP em cerca de 17%. Na mesma sequência destaca-se a acentuada queda dos AEL dos bancos (67%), decorrente tanto da redução das aplicações no exterior como a captação insuficiente de divisas para cobrir as necessidades de importação e outros pagamentos em moeda estrangeira. Por conseguinte, as RIL contraíram aproximadamente 6%, tendo-se fixado em 46,5 milhões de USD, correspondendo a 2,9 meses de importações de bens e serviços não factoriais. De ressaltar que, a captação de recursos externos tem sido a prioridade do Estado, dada a importância em se assegurar um nível de reservas externas compatível com o normal funcionamento do regime de paridade fixa da Dobra em relação ao Euro.

Gráfico 13 - Reservas Internacionais Líquidas



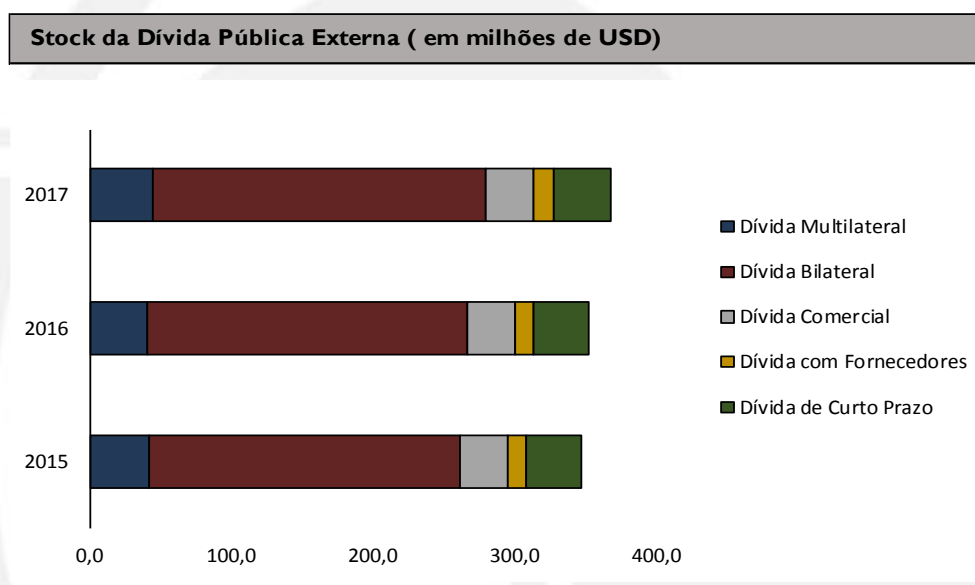
Fonte: BCSTP

3.4.2. Dívida Externa

A dívida pública externa atingiu no final de 2017 aproximadamente 292 milhões de Dólares (278 milhões de Dólares em 2016), correspondendo a um incremento de 14 milhões de Dólares (+5%). Quando reportadas em função do PIB, estas ascenderam a 75%, que compara a cerca de 79% do PIB em 2016. Os desembolsos atingiram o montante de 3,9 milhões de dólares, dos quais 94% com a proveniência dos credores multilaterais.

Relativamente a liquidação da dívida externa, foram programados reembolsos no total de 11,9 milhões de Dólares, dos quais 45% permaneceram atrasados.

Gráfico 14 - Evolução do Stock da Dívida (em milhões de USD)



Fonte: Gabinete da Dívida, Tesouro Público

3.4.3. Balança de Pagamentos

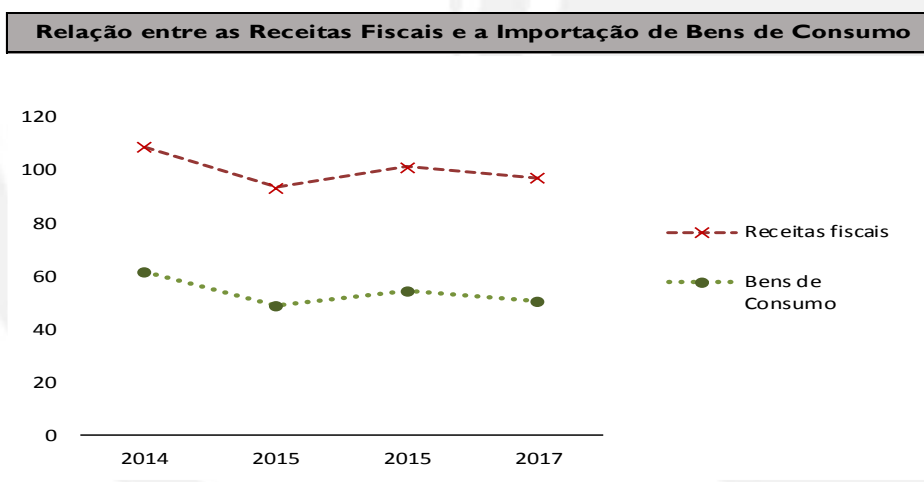
Os dados da Balança de Pagamentos para o ano 2017 apontam uma evolução desfavorável comparativamente a 2016 e 2015. Esta evolução reflecte um agravamento do défice da conta corrente e a redução do saldo da balança de capitais.

Balança Corrente

A Balança Corrente registou um défice de 73,4 milhões de dólares, representando um incremento na ordem dos 19% comparativamente a 2016. Esta evolução resulta do efeito combinado do aumento do défice da balança de bens em aproximadamente 6,3% (redução global das exportações em 3 milhões e aumento das importações em 8 milhões de dólares) e a diminuição do saldo da balança de serviços em 37% (queda das receitas do turismo e cerca de 3 milhões de dólares).

As Importações de Bens e Serviços aumentaram moderadamente em torno de 4,5%, depois de terem registado uma desaceleração marginal de 0,6% em 2016, em resultado do aumento das importações de bens de capital (+18%) e produtos petrolíferos em 27% (aumento do preço). Ao atenuar esse aumento, destaca-se a redução da importação dos bens de consumo em 7% (agravamento do imposto aduaneiro).

Gráfico 15 - Relação entre a Carga fiscal e a Importação de bens de consumo



Fonte: BCSTP

Tabela 3 - Evolução da Transacção Externa de Bens e Serviços

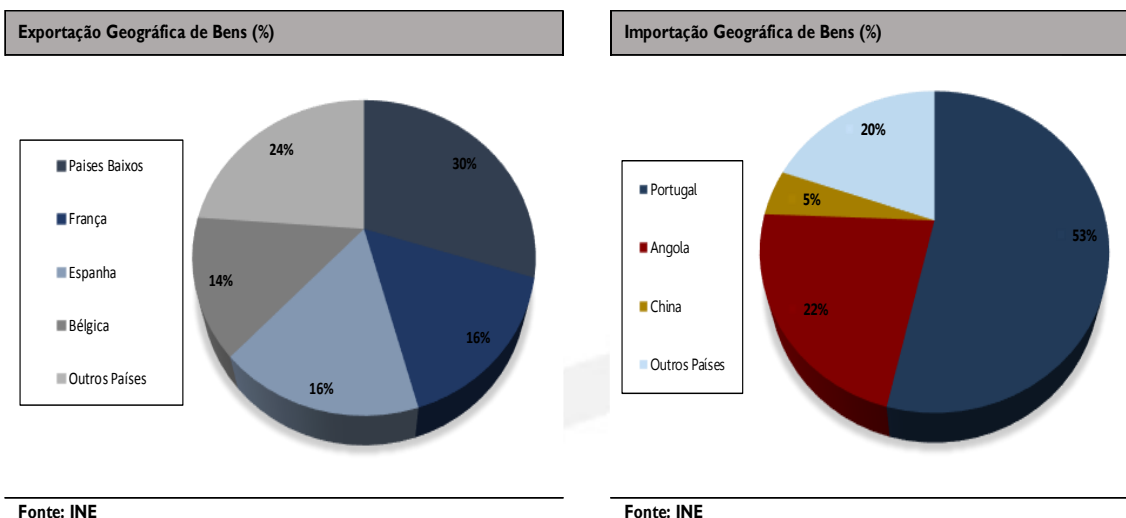
	2014	2015	2016	2017
	<i>Milhões de Dólares</i>			
IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS	229	186,04	184,84	193,19
dos quais:				
Bens de Consumo	61,72	48,84	54,40	50,46
Bens de Capital	30,29	27,87	31,16	36,83
Produtos Petrolíferos	41,12	31,26	21,66	27,57
Outros	11,49	10,98	11,90	12,82
Serviços de Transportes	26,01	24,52	25,16	24,35
Construção	1,83	3,15	2,97	3,55
Viagens	16,69	16,60	15,38	17,20
Outros Serviços Empresarias	30,81	12,51	14,32	11,16
EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS	87,10	89,98	96,56	91,91
Mercadorias Gerais	10,27	9,08	10,42	10,87
dos quais:				
Cacau	9,15	7,90	8,64	8,62
Outros	1,12	1,18	1,78	2,25
Viagens	55,97	62,11	68,82	65,70
Outros Serviços Empresarias	11,97	11,40	9,46	1,39
Taxa de Cobertura	38%	48%	52%	48%

Fonte: BCSTP

No que se refere aos mercados de destinos das exportações observou-se a contínua relevância dos países da UE, representando mais de 80% do total. Destaca-se o reforço da participação da Bélgica (8 p.p.) e dos Países Baixos (9 p.p.) no total dos produtos nacionais exportados e o enfraquecimento do peso das exportações para a França (-10 p.p.).

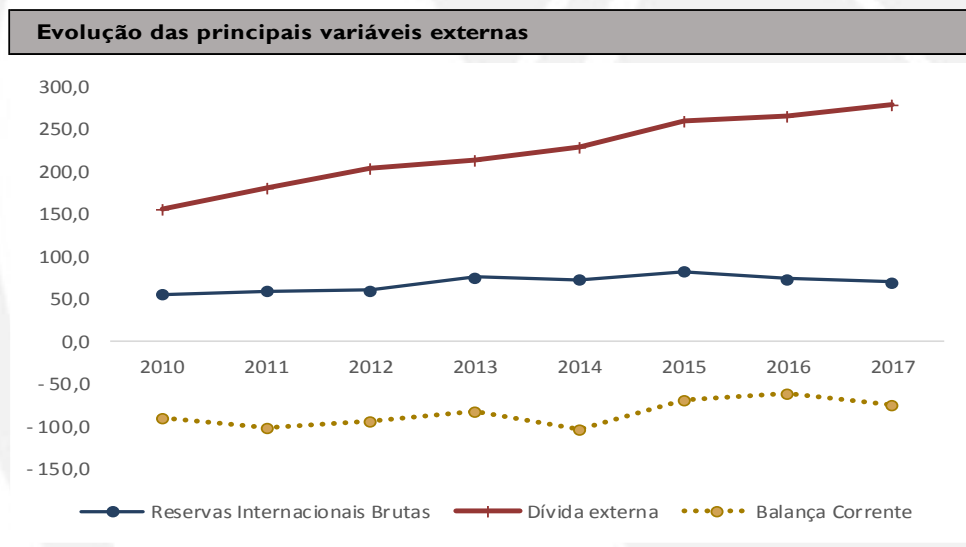
Relativamente às importações, registou-se um aumento da participação da África para 26% (+6 p.p.). dos quais 22% dizem respeito às importações de combustível provenientes de Angola. No entanto, a Europa continua a ser o principal fornecedor de bens, com uma participação de 60,5%.

Gráfico 16 - Balança Comercial: distribuição geográfica



Quanto aos saldos da balança de rendimentos³, estes mantiveram-se em linha com a evolução apresentada nos anos anteriores, tendo-se registado um comportamento favorável das transferências, na sequência de um aumento dos donativos do Japão (27,5%) e das remessas dos emigrantes (4,2%).

Gráfico 17 - Evolução das principais variáveis do sector externo (em milhões de USD)



³ Rendimento primário e secundário

Balança de Capital

No ano em referência, a economia nacional continuou a ressentir-se de uma menor entrada de recursos externos para financiar os projectos de investimentos. Com efeito, o saldo da balança de capital (essencialmente composta pelas entradas dos donativos para projectos) ascendeu a 22,7 milhões de dólares, correspondente a uma diminuição do saldo de 7,1 milhões de Dólares (-23,7%) face a 2016, o nível mais baixo dos últimos dez anos.

Balança Financeira

Os fluxos resultantes da balança financeira sofreram uma contração de 73,1% explicada pela forte redução da componente “Outros Investimentos”, o que reflecte a queda dos depósitos do país no exterior. Todavia, o financiamento por via do IDE evoluiu satisfatoriamente (+50%), atingindo um saldo de 33,9 contra os 22,3 em 2016. Este crescimento deve-se ao aumento de investimentos das empresas petrolíferas em 66% no período em análise.

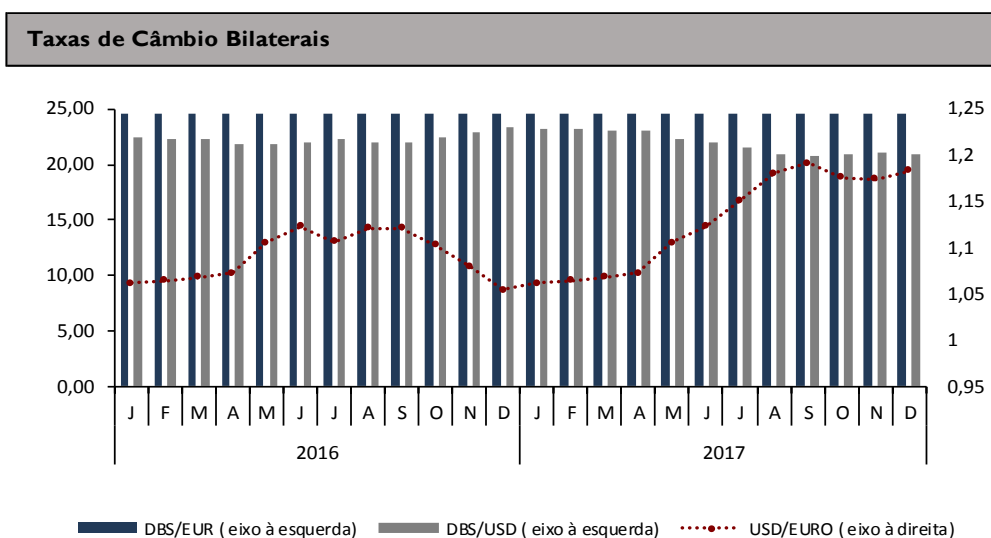
3.4.4. Mercado Cambial

Ao longo de 2017, assistiu-se no mercado internacional, sinais de consolidação do Euro face ao Dólar americano, na sequência da forte expansão das exportações da Zona Euro (5,0%) em relação aos EUA (3,4%).

Em termos médios anuais, o Euro situou-se em 1,12 Dólar e no final do mês de Dezembro, o Euro fixou-se a 1,18 Dólar, representando uma apreciação de 12,3% em relação ao mês de Dezembro de 2016, apreciação mais elevada nos últimos anos.

Consequentemente, a moeda nacional sofreu uma apreciação de 10,7%, face ao Dólar americano.

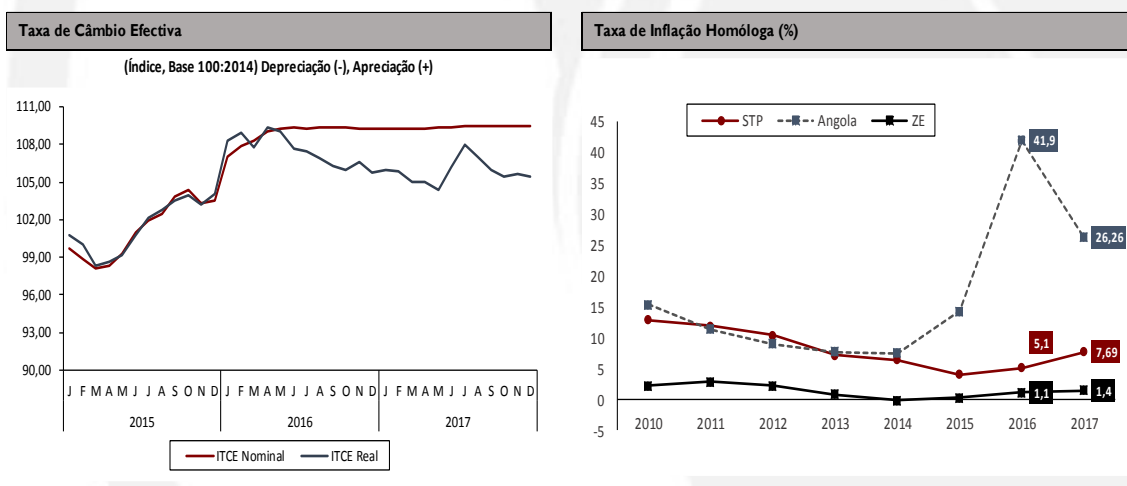
Gráfico 18 - Evolução da taxa de câmbio das principais moedas



Fonte: BCSTP

A taxa de câmbio efectiva real, assinalou em 2017, uma depreciação em torno de 1,34%, o que representa um ganho de competitividade, explicado pelo diferencial da taxa de inflação em relação aos principais parceiros comerciais.

Gráfico 19- Taxa de Inflação Homóloga de STP e dos principais parceiros económicos



Fonte: BCSTP

Fonte: INE (Tratamento BCSTP), BNA, BCE

3.5. Sistema Bancário

Nos últimos anos, as instituições têm vindo a enfrentar um cenário macroeconómico difícil, ao mesmo tempo tem-se assistido a um certo saneamento do sector bancário.

Subsistem igualmente vulnerabilidades na actividade bancária, nomeadamente, a contínua redução dos níveis de intermediação bem como elevados níveis de concentração.

Os activos do sistema registaram uma diminuição de 10%, continuando a tendência de redução registrada no ano transacto, justificada sobretudo pela redução das disponibilidades imediatas, enquanto o crédito líquido manteve-se praticamente inalterado comparativamente a 2017.

No entanto, o percurso trilhado no ano de 2017 pelo Sistema bancário Nacional, conheceu um conjunto de evoluções positivas, com ênfase para a redução do rácio de crédito malparado (CMP) pelo segundo ano consecutivo e o aumento do rácio prudencial de capital que se posicionou muito acima do mínimo exigido.

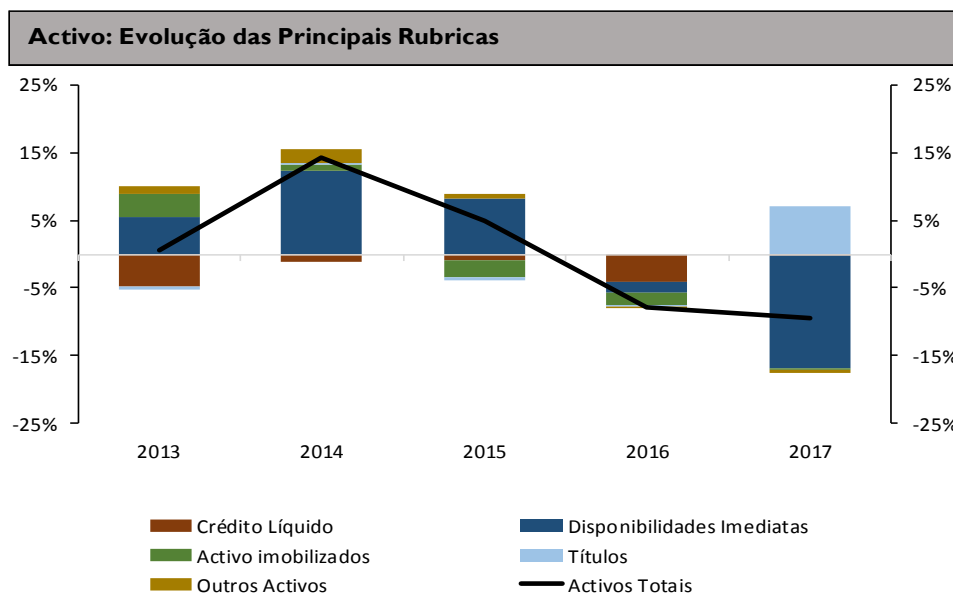
Destaque igualmente para a ligeira redução da liquidez, apesar de se manter muito acima dos mínimos prudências.

A rentabilidade, apesar da evolução positiva em comparação ao período entre 2013 a 2015 manteve-se negativa, mas perto de zero. Contribuíram para esta evolução os elevados custos operacionais e financeiros num contexto de fraca capacidade de retorno dos activos.

3.5.1. Activos

Em Dezembro 2017, os activos do sistema bancário diminuíram 10%, continuando a evolução observada no final do ano anterior, situando-se neste período em cerca de 3.988 milhões de nDobras. Com efeito, os activos passaram a representar cerca de 48% do PIB, uma redução de 10 p.p. face ao período homólogo anterior. Esta evolução deveu-se, particularmente, à redução dos depósitos e aplicações detidas em instituições de crédito no exterior que contribuindo em -12,7% para a evolução do activo, não obstante a contribuição positiva dos títulos em carteira em cerca de 7.7% (gráfico 1). Importa referir que a redução dos activos apresentou-se heterogénea entre as instituições que operam no mercado nacional.

Gráfico 20 - Evolução do Activo

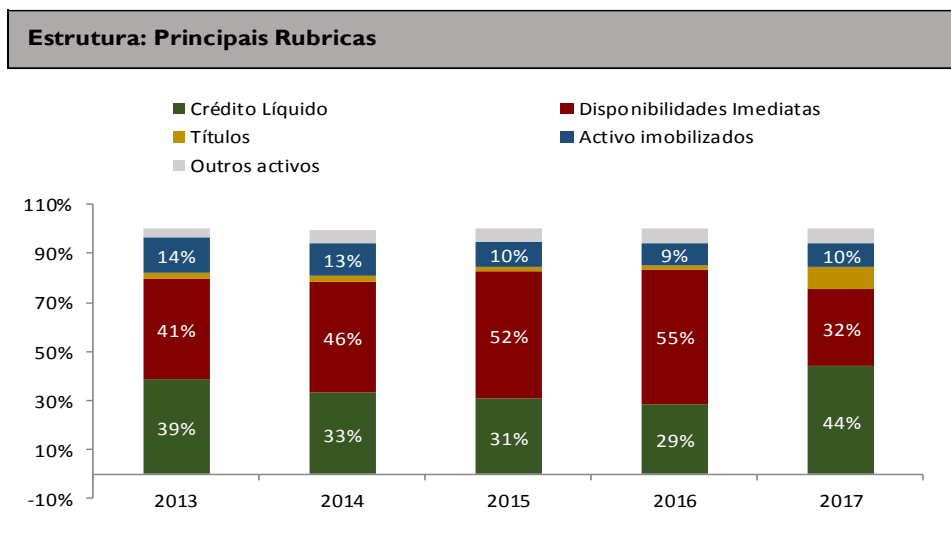


Fonte: BCSTP

As disponibilidades imediatas⁴ diminuíram 28%, passando a representar 42,4% dos activos em Dezembro de 2017. Esta evolução deveu-se, em particular, ao facto de uma instituição financeira ter sido orientada no sentido de reconhecer perdas em aplicações no exterior, que afectaram em grande medida quer o activo quer o passivo uma vez que os montantes eram consideráveis.

⁴ Disponibilidades imediatas inclui depósitos, Caixas, Reservas junto ao Banco Central e Aplicações em Instituições de Crédito.

Gráfico 21 - Estrutura do Activo



Fonte: BCSTP

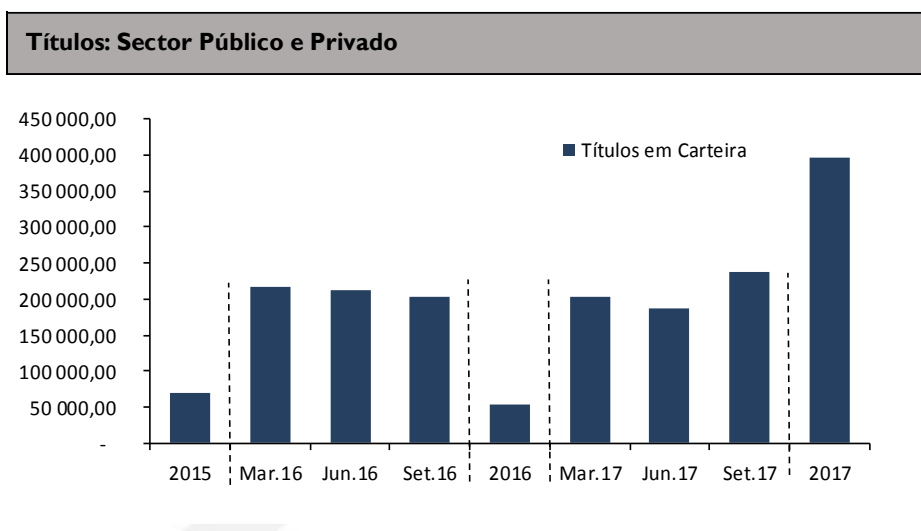
Relativamente ao crédito líquido⁵, este manteve-se praticamente em linha com o registado no ano anterior, explicado essencialmente pelas restrições⁶ impostas nos termos e condições de concessão de crédito pelas instituições bancárias e a persistência dos níveis de incumprimento ainda elevados. Esta evolução contribuiu ligeiramente para contração dos activos. No entanto, a contribuição do crédito concedido no total do activo aumentou em 3 p.p.

Os títulos em carteira registaram no período em preço um crescimento exponencial (cf. gráfico 21), passando a representar 9% dos activos, resultado da alteração da maturidade e o incremento dos títulos de dívida pública (cf. gráfico 22).

⁵ Crédito líquido consiste em crédito bruto líquido de provisões e incluindo proveitos a receber.

⁶ Constatações extraídas do inquérito realizado pelo BCSTP sobre as condições do mercado de crédito.

Gráfico 22 -Títulos em carteira

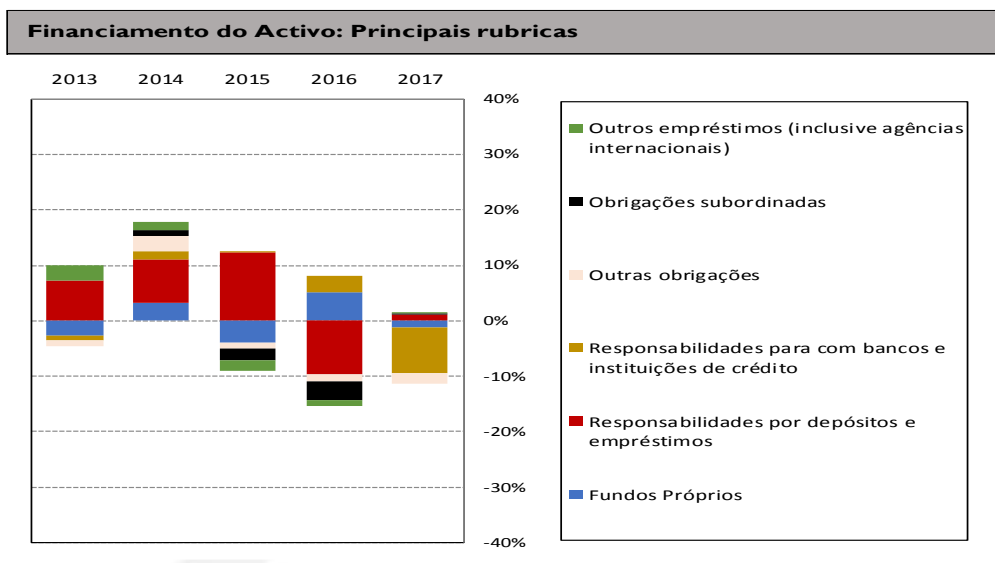


Fonte: BCSTP

3.5.2. Estrutura de financiamento

No ano em estudo, a evolução da estrutura de financiamento dos activos resulta essencialmente, da redução das responsabilidades com as instituições financeiras e do incremento dos depósitos, contribuindo em cerca de -9.3 e 2.3 p.p. para evolução citada. Com efeito, os depósitos incrementaram o seu peso na estrutura de financiamento, passando a representar 66% dos activos.

Gráfico 23 - Evolução da estrutura de Financiamento dos Activos

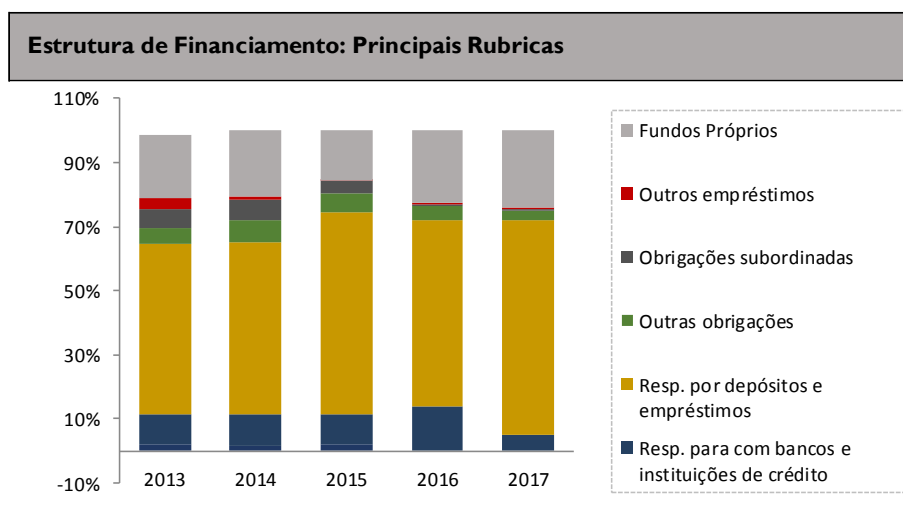


Fonte: BCSTP

Os capitais próprios diminuíram 5% no ano em referência, sendo que esta evolução deriva essencialmente da redução das provisões gerais e agravamento do resultado do exercício, que contribuíram em -6.2 p.p. e -2.4 p.p. para a evolução registrada. Não obstante, os fundos próprios incrementaram o seu peso na estrutura de financiamento das instituições bancárias, passando a representar 24%. Neste cômputo, facilmente depreende-se que uma parte considerável dos activos em balanço da generalidade dos bancos são-tomenses é financiada, para além dos depósitos, pelos fundos próprios.

O aumento dos depósitos e da sua proporção na estrutura de financiamento do sector apesar de adversidades, representa um dos aspectos mais positivos a realçar no que respeita à evolução do sistema bancário nos últimos anos (gráfico 5). Por um lado, porque evidencia a confiança dos depositantes na solidez do sistema bancário e, por outro, porque contribui para dotar o balanço das instituições de uma fonte de financiamento mais estável.

Gráfico 24 - Estrutura de Financiamento

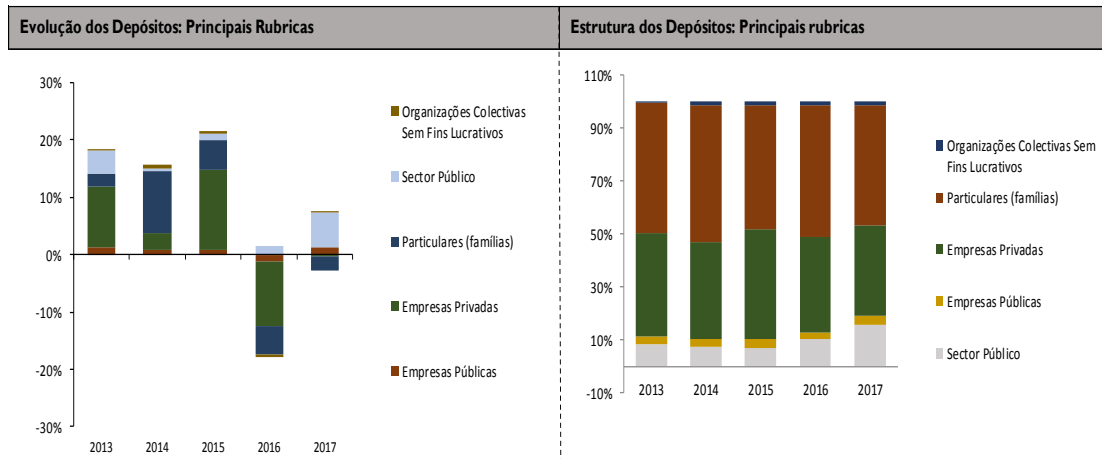


Fonte: BCSTP

Os depósitos aumentaram 3.9% em dezembro de 2017, devendo-se sobretudo ao incremento dos recursos da Administração e Instituições Públicas em 6,1%. Esta evolução contrasta com a redução excepcional observada no ano transacto, que resultou, fundamentalmente, da resolução do Ex Banco Equador.

Os depósitos de Particulares diminuíram 4.7%, na senda da evolução registrada no ano transacto, contribuindo assim para a redução do seu peso na estrutura de depósitos em 5 p.p., mas mantêm-se ainda como principal fonte de financiamento. Os recursos de Instituições Privadas diminuíram 0,9%, contribuindo para a redução do seu peso em 2 p.p., passando a representar 34% dos depósitos e os recursos da Administração Pública, passaram a representar cerca de 15% dos depósitos.

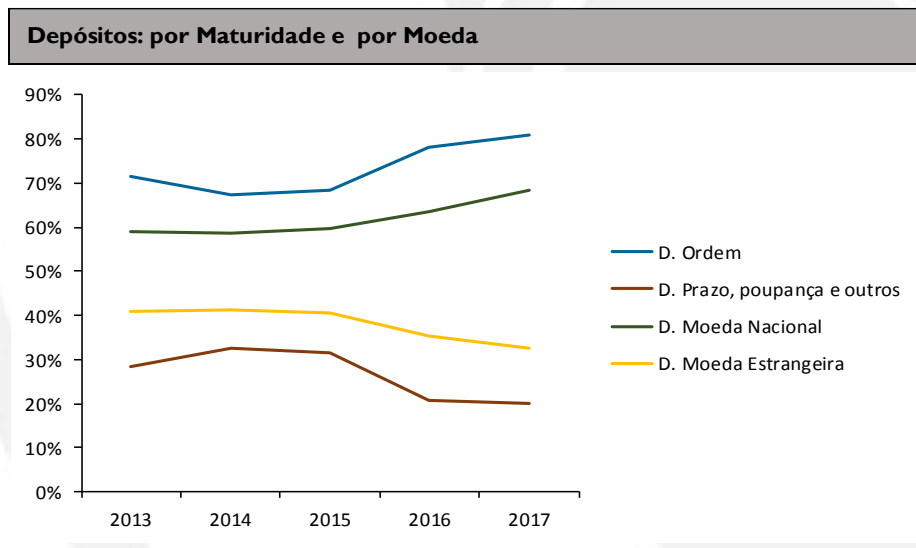
Gráfico 25 - Depósitos por Sector Institucional



Fonte: BCSTP

No período em referência, os depósitos em moeda nacional (MN) aumentaram 12.2%, mantendo a tendência crescente observada nos últimos cinco anos, contribuindo assim para o aumento do seu peso na estrutura de depósitos (68%), novo máximo em cinco anos. Em contraste, os depósitos em moeda estrangeira (ME) continuaram a diminuir, desta feita em cerca de 5.2%.

Gráfico 26 - Depósitos por maturidade e por moeda



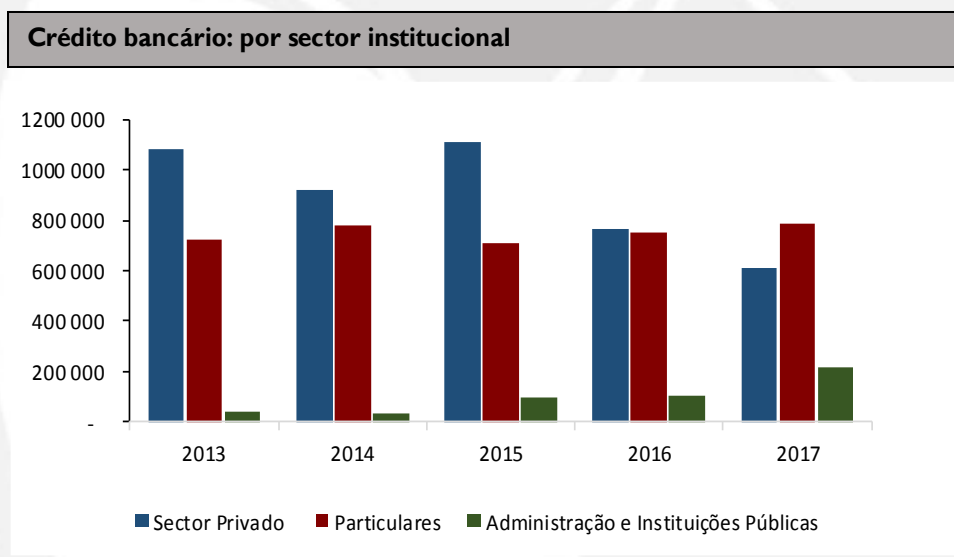
Fonte: BCSTP

As responsabilidades de curto prazo, ou seja, depósitos à ordem aumentaram 7.6% passando a representar 81% (Gráfico 9), resultado sobretudo das restrições impostas pelas instituições bancárias à constituição de depósitos a prazo nos últimos anos. As responsabilidades de longo prazo mantiveram-se praticamente inalteradas em 2017, com uma redução residual de -0.1%.

3.5.3. Crédito bancário

Na análise por sector institucional registou-se uma evolução diferenciada quanto as restrições quanto ao acesso ao financiamento, o crédito concedido aos particulares incrementou 5 p.p., resultante do aumento da redução de algumas restrições impostas a este tipo de crédito. Por seu turno, os créditos às instituições privadas reduziram 21 p.p., na sequência da introdução de uma maior restrição quanto aos termos e as condições dos empréstimos direcionados.

Gráfico 27 - Crédito por sector institucional

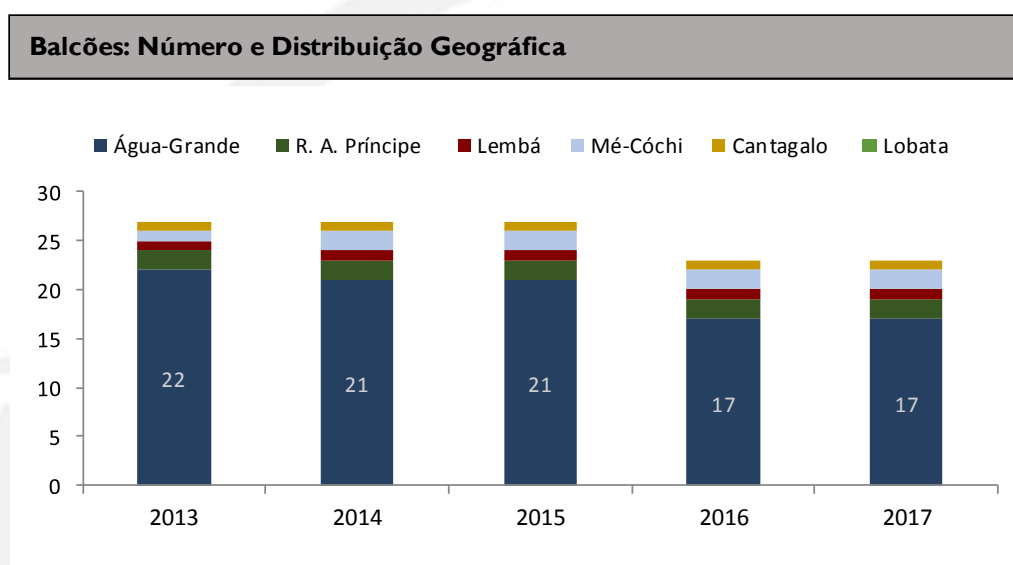


Fonte: BCSTP

3.5.4. Estrutura e Concentração

Após a alteração da estrutura do sistema financeiro com a saída do Banco Equador S.A.R.L. em Julho de 2016, a estrutura do sistema manteve-se inalterada em 2017. O sistema bancário comporta 6 instituições bancárias com uma rede de 23 agências, distribuídas por cinco dos sete distritos do país (exceção de Caué e Lobata), persistindo a concentração no distrito Água-Grande (ver gráfico 11).

Gráfico 28 - Distribuição Geográfica dos Balcões dos Bancos



Fonte: BCSTP

Os níveis de concentração dos activos e créditos concedidos no sistema bancário nacional aumentaram de acordo ao Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH). Registou-se igualmente uma ligeira redução dos níveis de concentração na captação de depósitos, contudo, permanece altamente concentrado.

Tabela 4 - Hirshman e Herfindahl (IHH) Concentração de Crédito, Activos e Depósitos

IHH7	2013	2014	2015	2016	2017
Crédito Concedido	2.982	3.209	2.854	3.418	3.653
Activos Totais	2.729	2.949	2.910	3.310	3.889
Depósitos Totais	4.972	5.158	4.361	4.765	5.378

Fonte: BCSTP

3.5.5. Qualidade da Carteira

Durante o ano em referência, o crédito mal parado⁸ (CMP) diminuiu ligeiramente tal como no ano anterior, situando-se em 24,9% contra 27,1% no ano transacto, devendo-se sobretudo a redução do incumprimento nos sectores de indústria e comércio, contribuindo em -20% e 13% para a redução do CMP. Todavia, os níveis mantêm-se muito acima dos níveis preconizados pela estratégia de redução de CMP, de 9%. Complementarmente o rácio de crédito em risco⁹ diminuiu 3%, situou-se em 28%. Contudo o rácio de incumprimento em novas operações de crédito aumentou 3 p.p., comparativamente ao período homólogo, situando-se em 6,7%. De se referir que apesar deste aumento, este rácio manteve-se muito abaixo dos níveis observados nos anos precedentes ao ano de 2015, evidenciando um maior rigor na gestão de risco de crédito. Esta evolução resulta em parte, de uma supervisão mais intensiva que obrigou as instituições a procederem a uma gestão mais rigorosa do risco de crédito. Contribuiu igualmente para esta redução, as melhorias efetuadas na Central de Risco Crédito (CRC),

⁷ O índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) é uma medida de avaliação de concentração do sistema bancário. Este índice é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todas as instituições de crédito no mercado pode ser obtida do seguinte modo: $IHH = \sum_{i=1}^k (c_i)^2$

Em que c_i é a quota decimal de mercado de cada uma das Instituições de crédito e K é o número de instituições de crédito do mercado. O índice está compreendido entre 0 a 10.000 pontos. Considera-se que o sector está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1.000 e 1.800 pontos e altamente concentrado se situar acima de 1.800. Considerando-se por exemplo que uma estimativa de 0.25 é equivalente a 2.500 pontos.

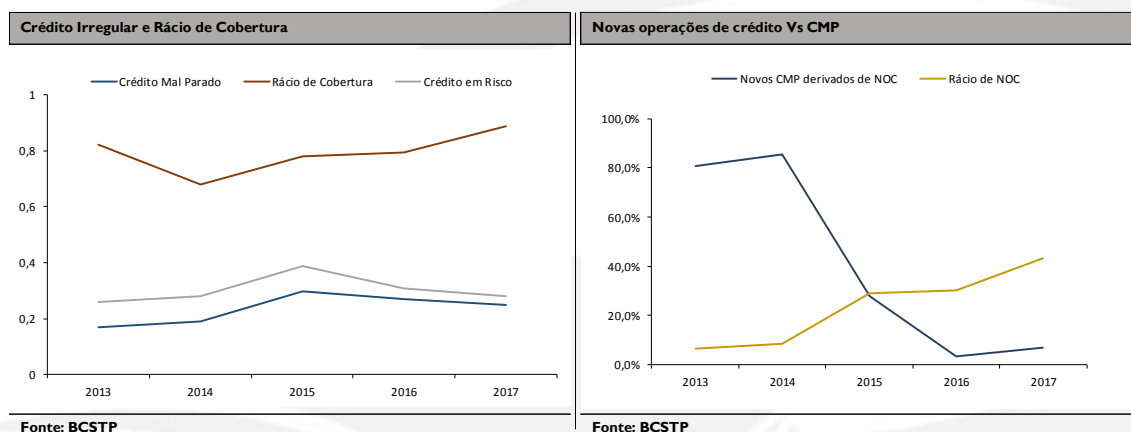
⁸ Crédito malparado está definido nos termos da NAP 07/2017 “Classificação de Activos e Provisões”.

⁹ O rácio de crédito em risco corresponde ao crédito em incumprimento somado aos créditos com prestações de capital e juros vencidos há menos de 90 dias.

com a introdução de uma nova versão, maior monitoramento pelo BCSTP dos dados reportados a CRC e incremento da confiança dos Bancos nesta plataforma.

Na análise por sector, os sectores de comércio, consumo e construção apresentam maior peso em matéria de incumprimento, representando cerca de 7%, 3% e 3% da carteira de crédito bancário (Gráfico 14).

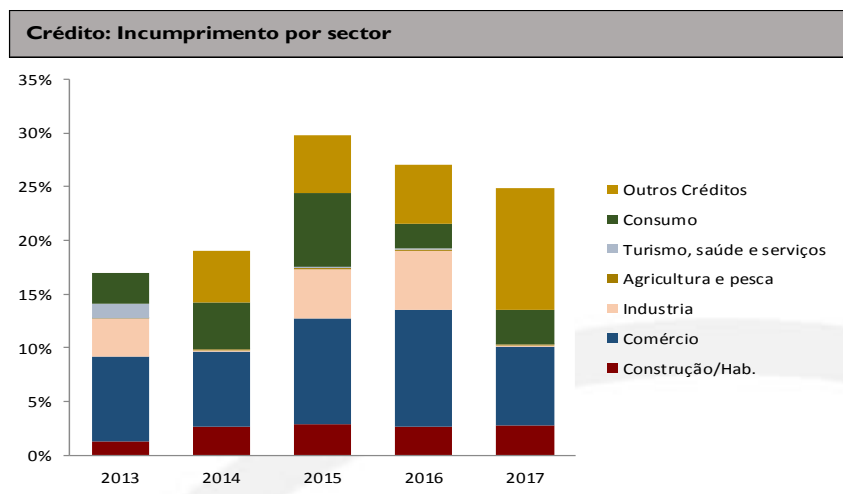
Gráfico 29 - Crédito Mal Parado



Durante o período em análise o rácio de cobertura¹⁰ aumentou 8 p.p. face ao final de 2016, situando-se em 88%. Esta evolução resulta em parte, de uma supervisão mais intensiva, não obstante subsistirem instituições com insuficiências de provisões.

¹⁰ Rácio de Cobertura – Provisões para crédito em incumprimento sobre o crédito malparado.

Gráfico 30 - Crédito em Incumprimento por sector

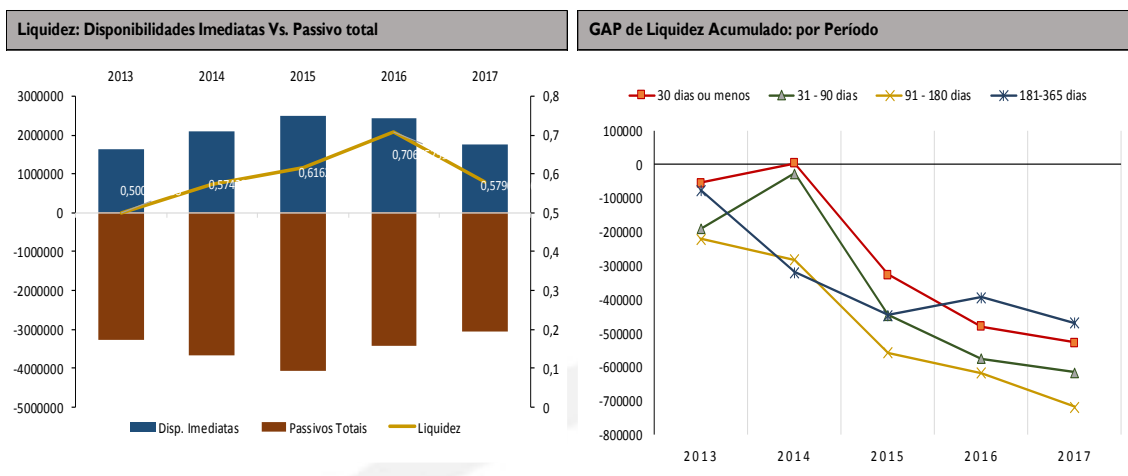


Fonte: BCSTP

3.5.6. Liquidez e rácio de transformação

Em contraste com os últimos quatro anos, o rácio de liquidez diminuiu 13%, posicionando-se em 58% (Gráfico 15), fruto em parte, da redução das disponibilidades imediatas acima referida. Apesar desta redução, o sistema no seu todo apresenta-se excedentário, sendo que este rácio se mantém muito acima dos mínimos exigidos pela NAP 04/2007 “Norma Sobre Liquidez Bancária”, que estabelece um mínimo de 20%. Contudo, importa enfatizar os riscos inerentes ao incremento das Gaps de liquidez que continuaram a apresentar valores negativos, num contexto em que a concessão de crédito é a médio/ longo prazo e as responsabilidades são sobretudo de curto prazo.

Gráfico 31 - Liquidez

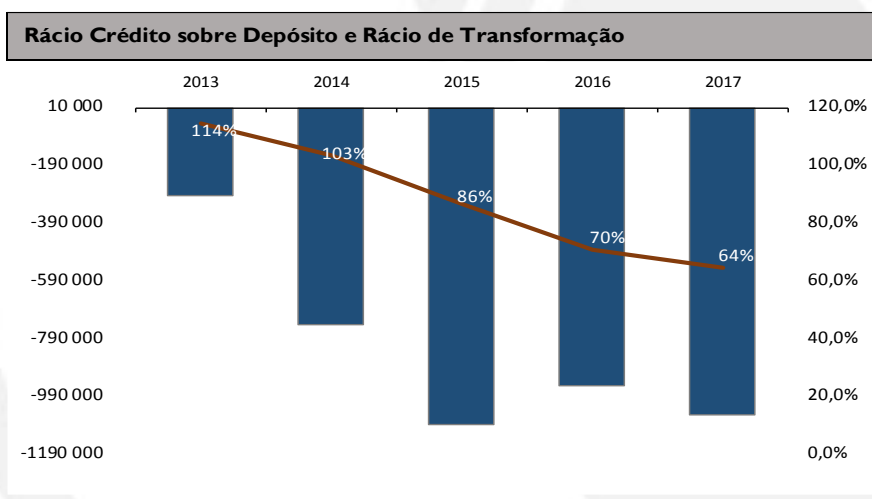


Fonte: BCSTP

Fonte: BCSTP

Os níveis de intermediação mantiveram-se baixos, com a mesma tendência dos últimos quatro anos situando-se o rácio de transformação em 60,2% diminuindo 2.5 p.p. Tal comportamento resulta essencialmente, do incremento dos depósitos que se sobrepôs uma vez mais à evolução dos créditos. Com efeito, a Gap comercial¹¹ aumentou, posicionando-se no ano em referência em cerca de 1.064 milhões de nDobras.

Gráfico 32 - Rácio de Transformação e GAP Comercial



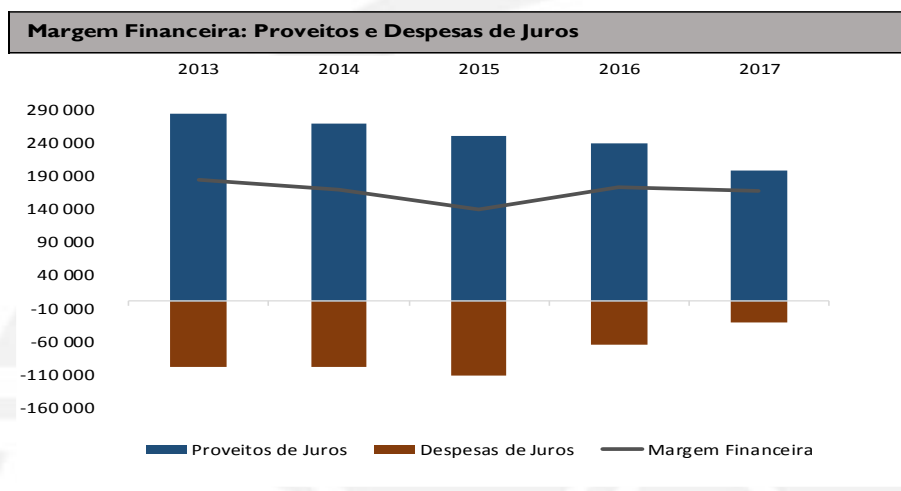
Fonte: BCSTP

¹¹ Gap Comercial - diferença entre os créditos e os depósitos

3.5.7. Rendibilidade

Em Dezembro de 2017, à semelhança do ano anterior, a margem financeira¹² diminuiu - 3%, posicionando-se em 166 milhões de nDobras. Contribuiu para esta evolução a redução dos proveitos de Juro em 23 p.p (Gráfico 18), que deriva da contração gradual da carteira de crédito, conjugado com os níveis de incumprimento persistentes.

Gráfico 33 - Margem Financeira

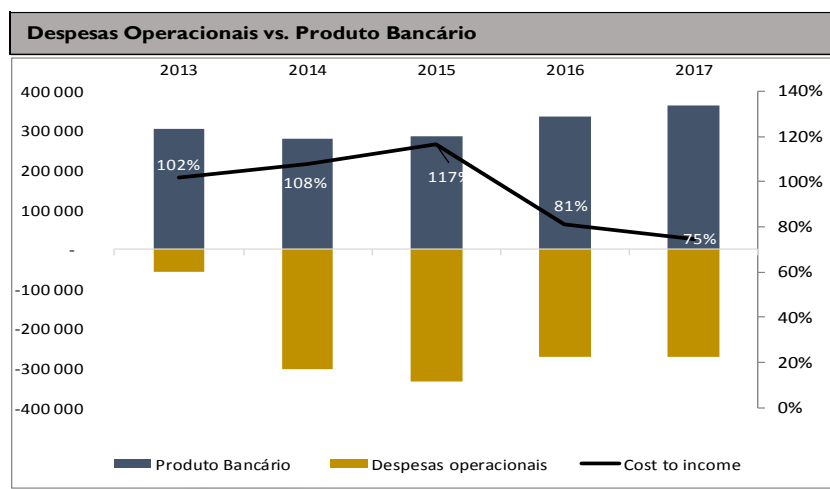


No período em referência, a eficiência do sistema financeiro aumentou, resultado da redução do rácio de *Cost to Income*¹³ em 6 p.p., passando a situar-se em 75%. Esta evolução, deveu-se principalmente ao aumento das receitas com serviços e comissões. De se realçar igualmente, a redução das despesas operacionais em 0.2 p.p., que resultam essencialmente, da redução de outras despesas operacionais. Apesar desta redução, os custos com pessoal incrementaram em 4.9 p.p. em contraste com a redução registrada o ano anterior.

¹² A margem financeira é a diferença entre os proveitos e despesas de Juro.

¹³ Cost to Income - Rácio de relação entre as despesas operacionais e o produto bancário.

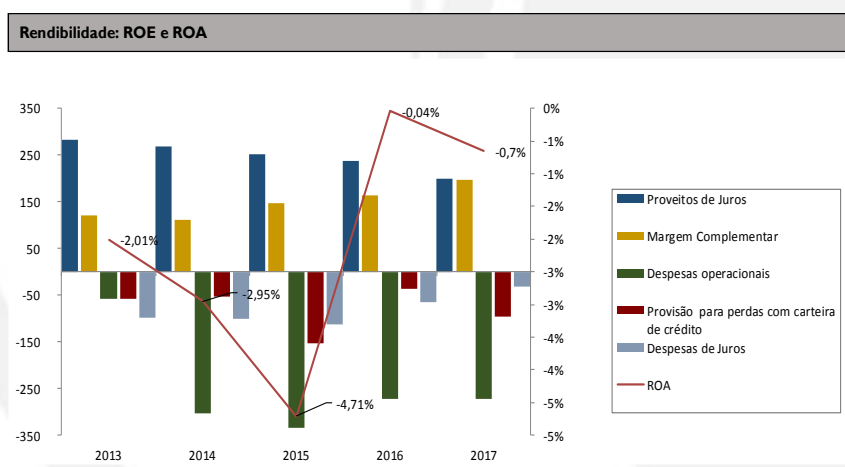
Gráfico 34 - Custos e Proveitos



Fonte: BCSTP

A rentabilidade do período em estudo definida pelo retorno sobre os activos (ROA) diminuiu 0.6 p.p., situando-se -0.7%, mantendo-se praticamente inalterada face ao período homólogo anterior. Esta evolução resulta, em grande medida, do aumento das receitas com comissões e serviços que contribuíram em 14 p.p. para evolução do Produto Bancário e o aumento das provisões do exercício. Por sua vez, a redução do retorno sobre o património líquido (ROE) foi mais acentuada, em 2.5 p.p., situando-se em -2.7%.

Gráfico 35 - Resultados e Rendibilidade

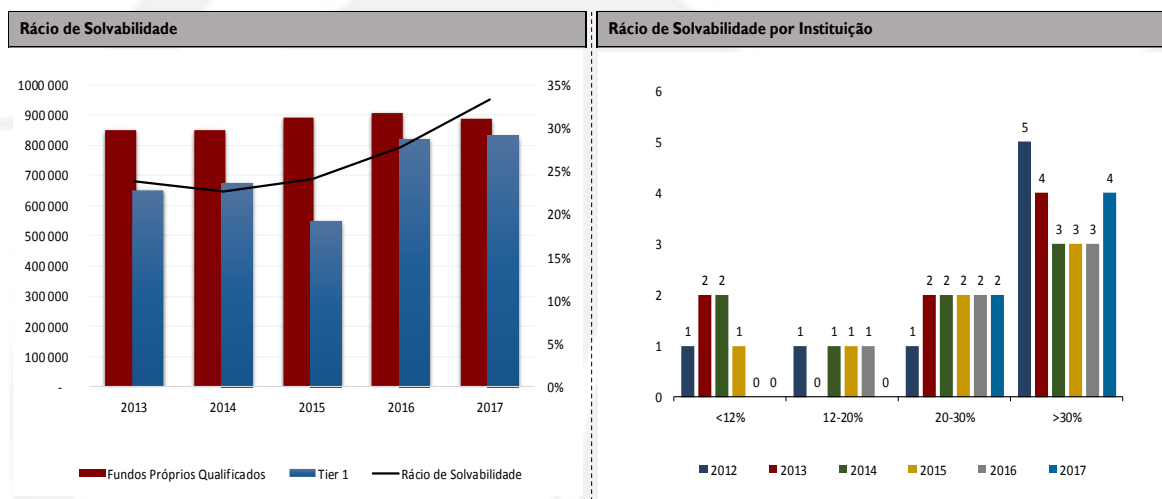


Fonte: BCSTP

3.5.8. Solvabilidade

No período em referência, o rácio de solvabilidade¹⁴ do sistema bancário aumentou 5.5 p.p. comparativamente ao observado no final do ano anterior e fixou-se em 33.3%. De se realçar igualmente o aumento do rácio de Fundos Próprios Base (Tier 1) em 5.9 p.p., que se situou em 31,1%. As evoluções citadas resultam, essencialmente, da redução dos activos ponderados pelo risco em 18,2%, efeito em parte, da redução dos direitos sobre instituições crédito. Na análise por instituição, a distribuição do rácio de solvabilidade revela uma menor heterogeneidade face ao ano transacto, com efeito, todas as instituições apresentam o rácio de solvabilidade acima dos 20%, ou seja, muito acima dos 12% mínimos exigidos.

Gráfico 36 - Adequação de Fundos Próprios



Fonte: BCSTP

Fonte: BCSTP

¹⁴ Rácio de solvabilidade definida nos termos da NAP 10/2007 “Norma Sobre Adequação de Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade”, mínimos exigidos pela NAP 12%.

3.6. Sistema Segurador

O exercício económico de 2017 ficou marcado pelo acentuar das dificuldades ao nível do sector segurador, na medida em que começou a se fazer sentir o impacto da anulação da obrigatoriedade de seguros para desalfandegamento dos veículos automóveis. O seguro Automóvel que tem sido o melhor produto para as seguradoras conheceu uma quebra significativa em 2017, por conta desta medida governamental, gerando em consequência um impacto negativo nas contas de resultados das seguradoras, com maior incidência em empresas cuja produção é pouco diversificada e com dependência clara do ramo Automóvel.

O tão almejado Decreto que regula a domiciliação dos contratos de seguros e co-seguros no país (Decreto 08/2016) que foi publicado em Novembro de 2016 ainda não começou a produzir o feito esperado. Contudo, o sector segurador tem sobrevivido na expectativa da aplicação do DL 30/2000 que institui o seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.

Em 2017, o sector segurador continuou a estar condicionado pelo panorama difícil verificado no sector bancário. Nos últimos anos, com a exploração do Ramo Vida, o contrato de seguro tem surgido como reforço de garantias de créditos bancários, porém, a baixa intermediação financeira tem condicionado a expansão deste nicho de mercado.

Nos actuais anos de dificuldades económicas, registou os níveis de capital, a prudência na gestão dos riscos e a produtividade do sector segurador tem dado estabilidade ao sistema financeiro, porém, ainda tem contribuído de forma exígua para a economia do País. Assim, a título de exemplo, a penetração dos seguros, medida pelo seu peso no PIB, fixou-se nos 1%. Conclui-se assim que este indicador se situa bastante abaixo do que seria desejável, não sendo expectável que haja uma melhoria significativa no futuro próximo.

3.6.1. Evolução da Actividade Seguradora

O volume de negócios da área de seguros em 2017 contabilizou-se nos 49,98 milhões nDobras correspondendo a uma redução de 2% relativo ao exercício anterior.

A principal causa desta diminuição residiu no ramo Não Vida, que viu baixar a sua produção em 3%, alcançando um volume de prémios de 44,09 milhões de nDobras,

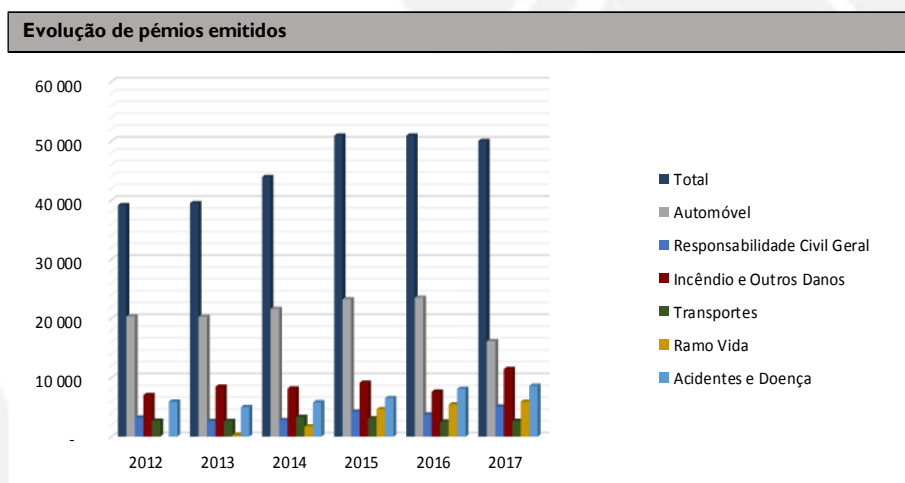
devido principalmente o decréscimo abrupto de prémios referentes ao seguro Automóvel (31%).

Tabela 5 - Evolução de Prémios

	2013	2014	2015	2016	2017	Var.17/16
Total	39,4	43,9	50,9	50,9	49,98	-2%
Ramo Vida	0,3	1,7	4,6	5,4	5,89	8%
Ramo Não Vida	39,1	42,2	46,3	45,5	44,09	-3%

De acordo com a tabela 1, as receitas de prémios de seguros do ramo Não Vida registaram diminuições nos últimos dois anos, contrariando a habitual tendência crescente desta rubrica e evidenciando o período difícil em que atravessa o sector. Por outro lado, o ramo Vida tem registado evoluções bastante discretas, com desacelerações consecutivas. De realçar que a exploração do ramo Vida teve o seu início em 2013, um período marcado pelos impactos negativos da crise económica financeira mundial.

Gráfico 37 - Sinistralidade por ramos



Fonte: BCSTP

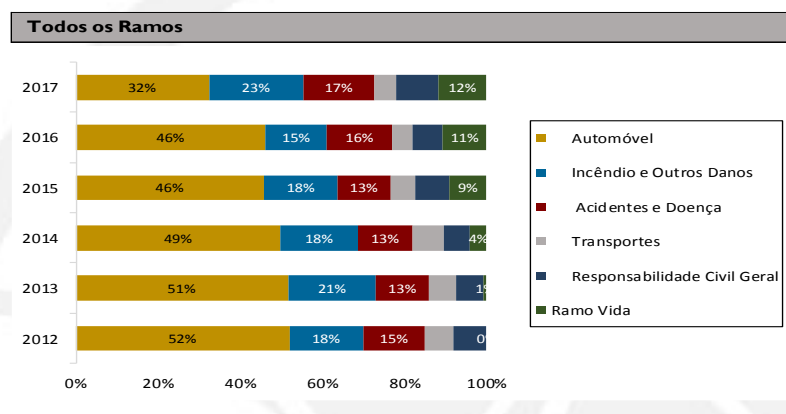
O seguro Automóvel, pese embora ter contabilizado uma facturação correspondente a 7,41 milhões de nDobras abaixo do exercício anterior, conserva o melhor registo de facturação em termos de prémios.

O seguro Incêndio e outros Danos mereceu um particular destaque tendo em conta o aumento de 50% dos prémios, o que em termos monetários representam 3,83 milhões de nDobras acima da facturação do ano anterior.

Nos últimos anos tem-se registado uma oscilação dos prémios brutos ao nível geral sugerindo uma certa instabilidade no sector.

3.6.1.1. Estrutura da Carteira

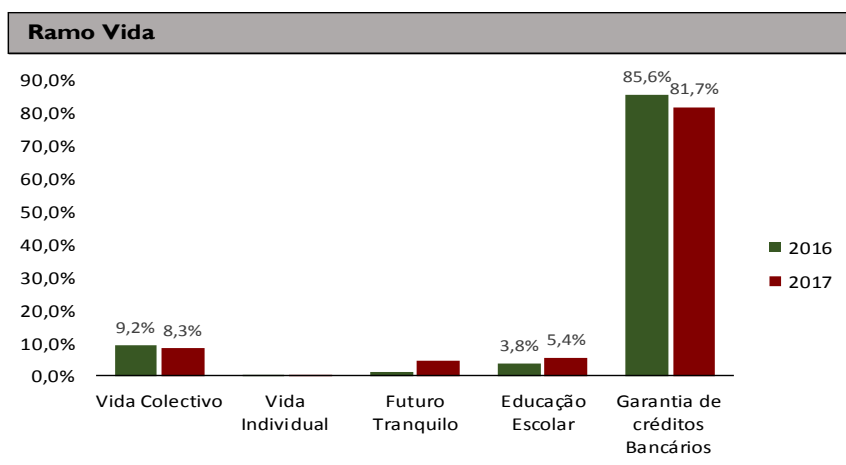
Gráfico 38 – Estrutura da Carteira



Fonte: BCSTP

Uma análise a estrutura da carteira, verifica-se um menor desequilíbrio na distribuição dos proveitos de prémios, na medida em que o seguro Automóvel que antes dominava a carteira com uma participação superior aos cinquenta por centos passou a representar 32% do total dos prémios, pese embora a conservação do primeiro lugar no ranking dos produtos vendidos.

Gráfico 39 – Estrutura da Carteira



Fonte: BCSTP

O ramo vida apresenta uma estrutura semelhante à do ano anterior, onde garantia a créditos bancários conserva o primeiro lugar na estrutura com 82% da carteira. A situação está relativamente complicada, por conta do panorama que se vive no sector bancário.

3.6.1.2. Sinistralidade

Os custos com sinistros em 2017 registaram um ligeiro aumento comparativamente ao ano homólogo anterior. No exercício em análise, esta rubrica ascendeu aos 12,9 milhões de nDobras contra os 12,3 milhões de nDobras do exercício anterior, correspondendo a um aumento de 5%. Este aumento foi impulsionado pelo incremento das indemnizações pagas na ordem dos 22% que anulou o impacto da diminuição da variação das provisões para sinistros em 44%.

Tabela 6 - Indeminizações Pagas (milhões de novas dobras)

	2013	2014	2015	2016	2017	Var.17/16
Acid. e Doença	0,36	0,90	1,27	0,62	1,03	66%
Incêndio e Out.	0,49	2,09	0,85	0,63	2,46	290%
Automóvel	4,26	5,53	4,44	5,39	6,47	20%
Transportes M.	0,21	0,82	0,18	1,63	0,02	-99%
Resp.Civil		0,17	0,01	0,04	0,23	504%
Ramo Vida		0,1	0,3	9,1	0,9	10%
T o t a l	5,3	9,6	7,0	9,14	11,1	22%

De acordo com a tabela 2, o seguro Automóvel, tem sido a modalidade que mais indemnizações tem pago. Incêndio e outros Danos registou o maior montante em 2017, Relativamente a taxa de sinistralidade, em termos globais registou-se uma taxa de 37% contra os 33% do ano anterior. Este aumento se justifica pela combinação do aumento dos custos com sinistros e a diminuição dos prémios adquiridos e está directamente relacionado com o mau desempenho do seguro Automóvel.

Comparativamente ao ano anterior, o seguro de Transporte marítimo apresenta uma redução drástica na sinistralidade saindo de maior taxa no exercício 2016 para a menor taxa de sinistralidade em 2017.

3.6.2. Situação Financeira e Patrimonial

3.6.2.1. Activo

O balanço patrimonial das empresas de seguros, em Dezembro de 2017, contabiliza-se em 115,7 milhões de nDobras contra os 114,7 milhões de nDobras do exercício anterior. Tendo-se registado uma desaceleração no crescimento desta rubrica.

Tabela 7 - Situação Financeira e Patrimonial (milhões de novas dobras)

	2013	2014	2015	2016	2017	Var.17/16
Activo Total	103,2	106,1	111,3	114,7	115,7	1%
Passivo	50,9	48,7	48,6	47,7	44,2	-7,4%
Capital Próprio	52,3	57,3	62,7	67,0	71,5	7%

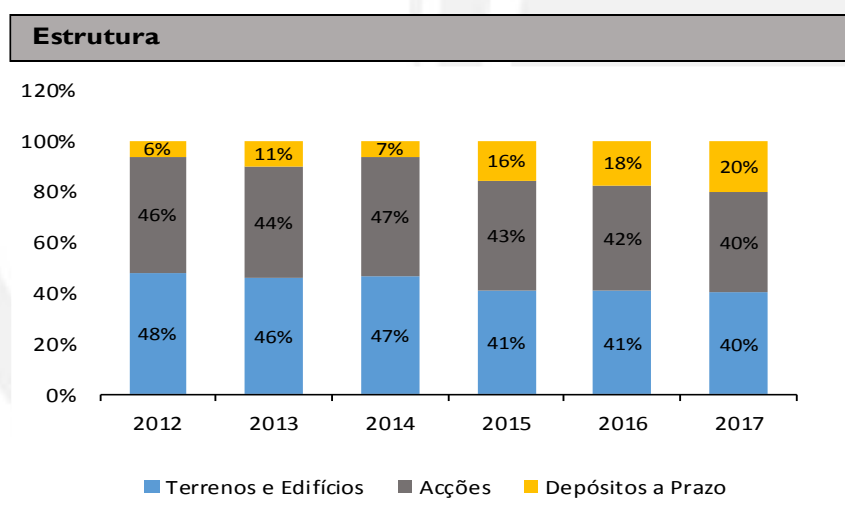
Analisando a evolução dos activos das seguradoras nos últimos quatro anos, verifica-se uma evolução exígua sugerindo a existência de dificuldades na expansão do negócio.

Os activos das seguradoras estão compostos essencialmente por investimentos e prémios em cobrança.

3.6.2.1.1. Investimentos

A carteira de investimentos das seguradoras em 2017 ascendeu a 78,5 milhões de nDobras (4,4% do PIB) correspondendo a um aumento de 5% relativo ao exercício anterior. Esta carteira está composta por terrenos e edifícios, títulos de rendimento variável (acções) e depósitos à prazo como mostra o gráfico X mais abaixo.

Gráfico 40 - Estrutura da carteira de Investimentos



Fonte: BCSTP

No que se refere à composição da carteira de investimento, é de destacar a predominância de aplicações em activos pouco líquidos. A rubrica depósitos à prazo que concorre para a parte mais líquida desta carteira, registou um aumento na ordem de 2,6 milhões de nDobras, passando a representar 20% da carteira.

Importa salientar que em função dos tipos de investimentos (por exemplo em títulos obrigacionistas), as empresas de seguros, que se enquadram na categoria de grandes investidores institucionais, podem contribuir sobremaneira para o financiamento da economia e para a dinamização dos mercados de capitais.

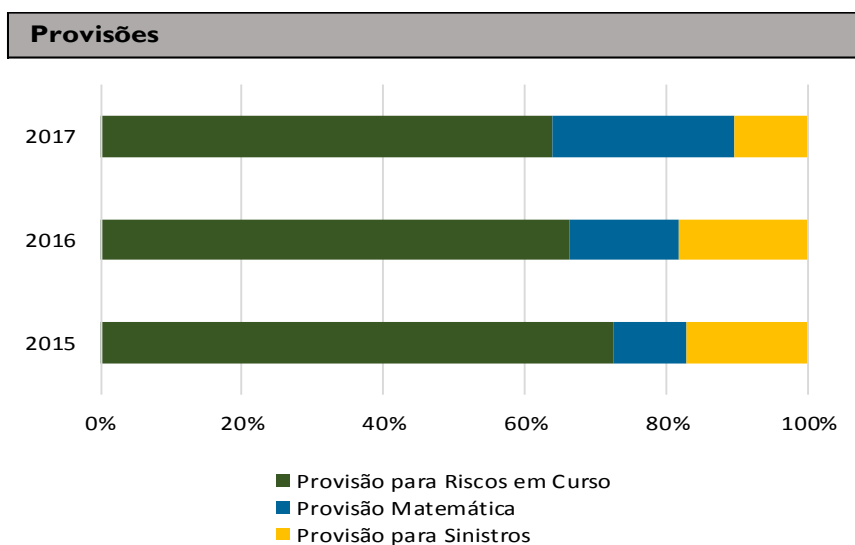
3.6.2.2. Passivo

Em Dezembro de 2017, o total de passivos das seguradoras contabilizava-se em 44,2 milhões de nDobras que correspondem a 38% dos activos. Relativamente ao exercício anterior, verificou-se uma diminuição do passivo das seguradoras na ordem de -7,4%.

3.6.2.2.1. Provisões Técnicas

As provisões técnicas como um dos passivos mais importantes, em Dezembro de 2017 contabilizavam-se em 16,8 milhões de nDobras contra os 17,2 milhões de nDobras do exercício anterior. De se referir que as mesmas estavam compostas por 64% de provisões para riscos em curso, 26% de provisões matemáticas e 10% de provisões para sinistros.

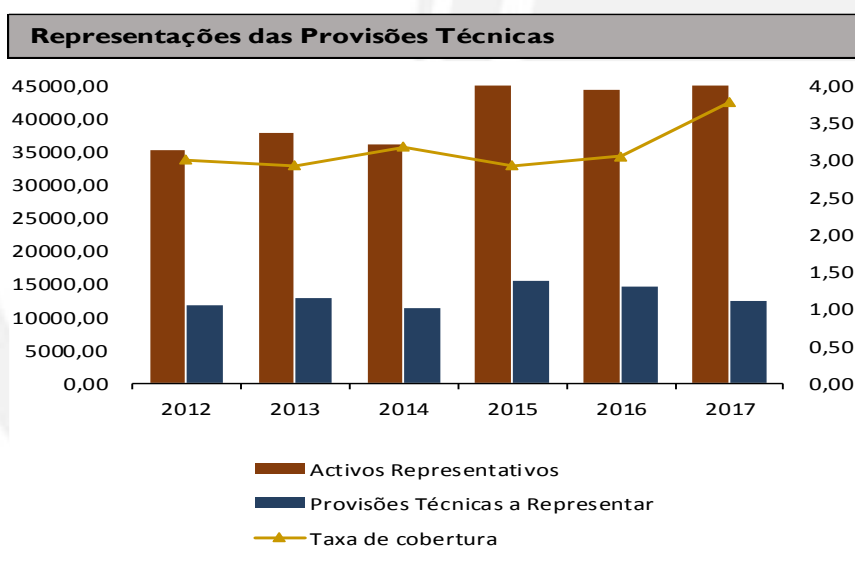
Gráfico 41 - Provisões técnicas



Fonte: BCSTP

As provisões técnicas dos ramos Gerais registaram uma diminuição na ordem de 14% comparativamente ao ano anterior. As referidas provisões ascenderam a 12,5 milhões de nDobras em 31 de Dezembro de 2017 e estavam cobertas por activos representativos avaliados em 47,0 milhões de nDobras.

Gráfico 42 - Cobertura de Provisões Técnicas



Fonte: BCSTP

Nesta senda, o rácio de cobertura das provisões técnicas registou um valor de 377%, contra os 305% do ano anterior. O reforço deste rácio deveu-se a combinação do aumento dos activos representativos na ordem dos 6%, por um lado, e por outro, a diminuição das provisões técnicas na ordem dos 14%.

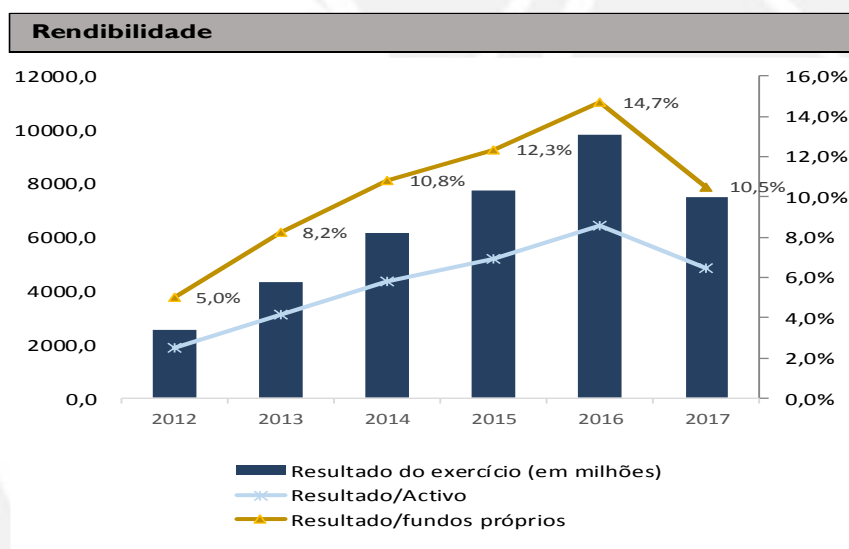
3.6.2.3. Capital Próprio

Em Dezembro de 2017, os capitais próprios das seguradoras contabilizavam em 71,5 milhões de nDobras (62% dos activos) contra os 67,0 milhões de nDobras do ano anterior, correspondendo a um aumento de 7%.

Nos últimos anos o sistema segurador tem apresentado resultados líquidos positivos com tendência crescente, o que tem contribuído para os aumentos dos fundos próprios das seguradoras.

Pese embora a diminuição de 24% relativo ao ano anterior, o resultado do exercício 2017 registou valores acima da média dos últimos quatro anos.

Gráfico 43 - Rácios de Rendibilidade



Fonte: BCSTP

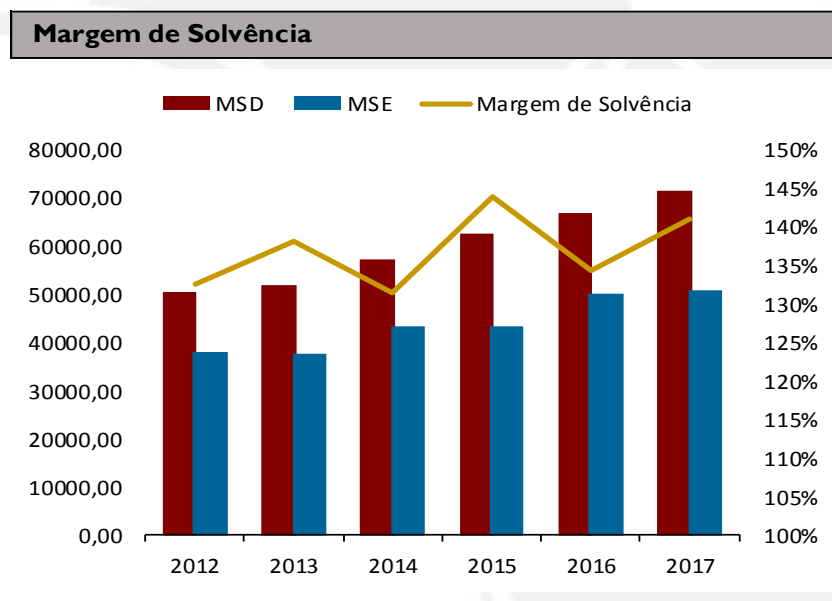
Apesar das dificuldades existentes, o sector segurador em São Tomé e Príncipe continua a evidenciar solidez e apresenta níveis de solvência confortáveis, mesmo com a diminuição do resultado registado no exercício em análise.

O retorno das seguradoras, tanto da parte dos activos como dos fundos próprios, fixou-se em 6% e 10%, respectivamente, contra 9% e 15% registado no período homólogo anterior, devido, em parte, a diminuição em 31% das receitas do principal produto das seguradoras, que vem sendo a consequência do já referido anteriormente, a actual conjuntura consubstanciada pela anulação da obrigatoriedade de seguros para desalfandegamento dos veículos automóveis tem vindo a afectar rendibilidade do sector.

3.6.2.4. Margem de Solvência

Em Dezembro de 2017 a taxa de cobertura da margem de solvência situou-se nos 141% contra os 134% do exercício anterior. Nos últimos quatro anos, tem-se verificado uma oscilação deste indicador entre 131% e 144%.

Gráfico 44 - Margem de Solvência



Fonte: BCSTP

Anexos Estatísticos

Anexo I - Balanço Monetário do Banco Central de São Tomé e Príncipe

<i>Saldos em fim de período (Milhões de Dobras)</i>	2014	2015	2016	2017
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	1 473,52	1 902,66	1 775,40	1 474,28
Reservas Internacionais Líquidas ¹	1 367,96	1 744,04	1 607,42	1 284,27
Ativos Externos	1 794,62	2 243,26	2 143,54	1 839,80
Reservas Oficiais	1 481,81	1 864,04	1 751,85	1 442,21
Outros Activos Externos	312,81	379,22	391,69	397,59
Passivos Externos	-321,10	-340,60	-368,14	-365,52
Passivos Externos De Curto Prazo	-113,85	-119,99	-144,43	-157,94
Outros Passivos Externos	0,00	10,70	0,00	0,00
Alocações em Direito Especial de Saque	-207,25	-220,62	-223,71	-207,58
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	-337,75	-340,81	-135,07	9,30
Crédito Interno Líquido	117,38	109,82	199,34	172,34
Credito a outras Sociedades de Deposito	106,09	128,41	197,51	194,58
Crédito líquido a Administração Central	-83,93	-113,44	-69,00	-157,30
Crédito a Administração Central	255,24	266,34	445,75	259,68
<i>dos quais: uso de Direito Especial de Saque</i>	207,25	220,62	223,71	207,58
Passivos Face a Administração Central	-339,17	-379,78	-514,75	-416,98
Depósitos Administração Central	-17,61	-11,38	-14,07	-23,08
<i>dos quais: Bilhetes de Tesouro</i>	0,00	0,00	0,00	2,00
Recursos De Contrapartida	-93,18	-120,25	-81,57	-60,03
Depósito em Moeda Estrangeira	-228,39	-249,00	-399,94	-315,55
Outros depósitos Administração Central	0,00	854,30	-19,18	-18,33
Crédito a Economia	95,23	114 578,65	130,59	135,07
Outros Ativos (líquido)	-455,14	-470,36	-394,18	-163,04
Passivos Monetários	1 135,76	1 561,85	1 640,32	
Base Monetária	1 135,76	1 561,85	1 640,32	1 483,58
Circulação Monetária	266,97	315,30	308,59	324,03
Reservas Bancárias ²	868,79	1 246,55	1 331,73	1 159,55
Reservas Bancárias Moeda Nacional	703,87	980,39	1 182,94	1 012,68
Reservas Bancárias Moeda Estrangeira	164,93	266,16	148,79	146,87
Memorando:				
Reservas Internacionais (milhões de dólares)	73,55	83,13	74,74	70,25
(dos quais):				
Conta de Petróleo (milhões de dólares)	9,90	10,26	11,54	11,30
Reservas Bancárias (milhões de dólares)	8,19	11,87	6,35	7,15
Depósito de Garantia (milhões de dólares)	0,12	0,00	0,00	0,00
Reservas Internacionais Líquidas ¹ (Milhões de dólares)	50,59	56,34	49,25	46,53
(em meses de importação) ³	5,31	5,91	3,11	2,91
¹ Reservas Internacionais Líquidas exclui Reservas Bancárias e Depósito de Garantia				
² As reservas bancárias foram ajustadas de janeiro a junho de 2015				
³ Importação de Bens e Serviços exclui importação de bens de investimento e Assistência Téc.				

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexo II - Balanço Monetário dos Bancos Comerciais

<i>Saldos em fim de período (Milhões de Dóbras)</i>	2014	2015	2016	2017
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	24,79	624,10	329,99	107,88
Ativos Externos	1 327,68	1 512,84	1 334,02	656,67
Moeda Estrangeira	79,12	53,84	59,55	47,46
Depósitos	1 002,04	674,96	529,50	422,95
Títulos excepto Participação de Capital	75,30	58,54	54,56	38,30
Empréstimos	109,70	709,10	677,59	138,23
Derivados Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	61,51	16,41	12,82	9,73
Passivos Externos	602,89	888,74	1 004,03	548,79
Depósitos	488,16	351,25	650,79	285,47
Títulos excepto Participação de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	44,68	427,72	264,20	210,30
Outros	70,04	109,77	89,04	53,02
ACTIVOS FACE A BANCO CENTRAL	962,66	1 281,02	1 353,80	1 183,06
Notas e Moedas	43,82	68,35	50,06	29,10
Reservas Obrigatórias	918,85	1 212,67	1 303,74	1 153,96
Outros Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	1 639,60	1 679,14	1 717,39	1 993,82
Créditos a Residentes	1 639,60	1 679,14	1 717,39	1 993,82
Crédito a Administração Central (Líquido)	-168,19	-190,10	-266,73	-39,04
Responsabilidades para com a Administração Central	2,92	8,68	37,73	427,22
Créditos a Administração Central	171,11	198,78	304,46	466,25
Crédito a Economia	1 807,79	1 869,24	1 984,12	2 032,86
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	4,08	4,56	5,31	4,55
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	0,00	0,00	0,41	0,64
Crédito a Sociedades Não Financeiras Públicas	87,20	25,63	24,31	51,95
Crédito ao Setor Privado	1 716,50	1 839,05	1 954,09	1 975,72
PASSIVOS INTERNOS	3 327,05	3 584,26	3 401,18	3 284,77
Depósitos Incluídos na Massa Monetária	2 252,41	2 581,28	2 432,67	2 386,17
Depósitos Transferíveis incluídos na Massa Monetária	1 575,33	1 934,65	1 878,24	1 846,76
Outros Depósitos incluídos na Massa Monetária	677,08	646,63	554,42	539,41
Depósitos Excluídos da Massa Monetária	100,35	21,01	20,62	19,21
Passivos Face a Banco Central	63,59	85,91	155,03	155,03
Empréstimos	32,34	30,61	37,85	16,75
Ações e Outras Participações	995,70	823,74	600,91	580,73
Outros Activos e Passivos (Líquido)	-117,34	41,71	154,09	126,88

Fonte: Bancos Comerciais

Anexo III - Síntese Monetária Global

<i>Saldos em fim de período (Milhões de Dobras)</i>	2014	2015	2016	2017
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	2 198,30	2 526,76	2 105,39	1 582,16
Ativo Externo do BCSTP	1 473,52	1 902,66	1 775,40	1 474,28
Ativo Externo de outras Sociedades de depósitos	724,79	624,10	329,99	107,88
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	285,58	313,16	597,85	1 115,18
Créditos a Residentes	1 650,89	1 660,56	1 719,21	1 971,59
Crédito líquido a Administração Central	-252,12	-323,27	-395,50	-196,34
Crédito a Administração Central	258,17	275,02	483,48	686,90
Responsabilidades para com a Administração Central	-510,28	-578,56	-819,21	-883,23
Depósitos Administração Central	-17,61	-11,38	-14,07	-23,08
Recursos De Contrapartida	-93,18	120,25	81,57	60,03
Depósitos em Moeda Estrangeira	-399,50	-687,43	-886,71	-920,18
Crédito a Economia	1 903,01	1 983,82	2 114,71	2 167,93
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	99,31	4,56	5,31	4,55
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	0,00	0,00	0,41	0,64
Crédito a Sociedades Não Financeiras Públicas	87,20	25,63	24,31	51,95
Crédito ao Setor Privado	1 811,72	1 953,63	2 084,68	2 110,78
Outros Ativos	-1 365,31	-1 347,39	-1 121,36	-856,41
Massa Monetária (M3)	2 483,88	2 839,92	2 703,23	2 697,34
Passivos em Moeda nacional incluídos na Base Monetária (M2)	1 557,77	1 905,85	1 909,40	1 981,68
Moeda (M1)	1 099,14	1 431,01	1 522,23	1 577,99
Moeda em poder das sociedades de Depósitos	223,15	246,95	258,53	294,93
Depósitos Transferíveis em moeda nacional	875,98	1 934,65	1 878,24	1 846,76
Outros Depósitos em moeda nacional	458,64	474,84	387,17	403,69
Depósitos em moeda estrangeira	926,11	934,07	793,84	715,66

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Bancos Comerciais

Anexo IV - Agregados Monetários

<i>Saldos em fim de período (Milhões de Dobras)</i>	2014	2015	2016	2017
MO (BASE MONETÁRIA)	1 135,76	1 561,85	1 640,32	1 483,58
Emissão Monetária	266,97	315,30	308,59	324,03
M1	1 099,14	1 431,01	1 522,23	1 577,99
Moeda em Circulação	223,15	246,95	258,53	294,93
Depósitos Transferíveis em Moeda Nacional	875,98	1 184,06	1 263,70	1 283,06
M2	1 557,77	1 905,85	1 909,40	1 981,68
M1	1 099,14	1 431,01	1 522,23	1 577,99
Outros Depósitos em Moeda Nacional	458,64	474,84	387,17	403,69
M3	2 483,88	2 839,92	2 703,23	2 697,34
M2	1 557,77	1 905,85	1 909,40	1 981,68
Depósitos em Moeda Estrangeira	926,11	934,07	793,84	715,66

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Bancos Comerciais

Anexo V - Reservas Internacionais

<i>Saldos em fim de período (Milhões de Dólares)</i>	2014	2015	2016	2017
ATIVOS EXTENOS LÍQUIDOS	73,13	84,85	75,75	71,81
RESERVAS INTERNACIONAIS BRUTAS	73,55	83,13	74,74	70,25
Notas e Moedas	1,40	1,03	0,67	0,75
Depósitos	50,59	65,17	36,92	35,12
<i>dos quais: à ordem</i>	6,39	10,71	17,38	11,43
<i>à prazo</i>	44,20	54,46	19,54	23,69
Direito Especial de Saque	0,666	0,430	0,645	0,285
Posição de Reserva no FMI	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos Estrangeiros	20,46	16,39	36,06	33,75
Outros*	0,43	0,12	0,44	0,34
RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS	50,59	56,26	49,25	46,53

(*) incluem os juros a receber, outros ativos com não residentes

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexo VI - ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR

Base: (Dez 2014 = 100)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2017	106,30	106,65	107,49	108,73	108,30	110,21	111,97	111,38	111,63	112,16	112,39	114,06
2016	101,51	101,70	102,51	104,20	104,68	104,21	104,47	104,57	104,93	105,30	106,15	105,91
2015	97,16	97,46	97,94	98,35	98,56	98,73	99,00	99,11	99,20	99,49	99,98	100,75
2014	91,33	91,75	91,97	92,72	93,47	93,99	94,25	94,42	94,65	95,36	95,80	96,92
2013	85,33	85,91	85,66	87,15	87,40	87,55	87,72	88,12	88,40	88,89	89,75	91,06
2012	77,30	77,73	78,00	78,69	79,77	81,67	82,38	82,85	83,09	83,48	84,03	85,00
2011	69,11	69,71	71,23	72,84	73,47	73,66	73,82	74,38	74,58	74,91	75,64	76,99
2010	61,28	61,75	62,07	62,41	62,58	63,17	64,15	64,73	65,51	66,19	67,43	68,78
2009	52,87	53,33	54,07	55,02	56,00	56,65	57,05	57,39	57,89	58,56	59,66	60,92
2008	42,81	44,44	45,92	46,82	47,57	48,03	49,43	50,09	50,64	51,04	51,63	52,48
2007	33,52	33,88	34,33	34,65	35,03	35,51	36,08	37,05	38,21	39,20	40,62	42,04
2006	27,19	28,19	29,40	30,92	31,07	31,29	31,56	31,92	32,05	32,23	32,48	32,96
2005	23,24	23,95	24,71	24,98	25,09	25,13	25,20	25,32	25,52	25,89	26,15	26,46

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Anexo VII - INFLAÇÃO
Base Dez 2014 = 100

(%)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxa inflação acumulada												
2017	0,37	0,70	1,49	2,66	2,26	4,06	5,72	5,16	5,39	5,89	6,12	7,69
2016	0,75	0,94	1,74	3,42	3,90	3,43	3,69	3,79	4,14	4,51	5,36	5,12
2015	0,25	0,57	1,05	1,48	1,70	1,87	2,15	2,26	2,36	2,66	3,16	3,96
2014	0,30	0,76	0,99	1,71	2,64	3,21	3,50	3,69	3,94	4,72	5,20	6,43
2013	0,39	1,07	0,77	2,53	2,82	3,00	3,21	3,67	4,00	4,58	5,59	7,13
2012	0,40	1,00	1,30	2,20	3,60	6,10	7,00	7,60	7,90	8,40	9,10	10,40
2011	0,50	1,40	3,60	5,90	6,80	7,10	7,30	8,10	8,40	8,90	10,00	11,90
2010	0,60	1,40	1,90	2,40	2,70	3,70	5,30	6,20	7,50	8,60	10,70	12,90
2009	0,70	1,60	3,00	4,80	6,70	7,90	8,70	9,30	10,30	11,60	13,70	16,10
2008	1,80	5,70	9,20	11,40	13,20	14,20	17,60	19,20	20,50	21,40	22,80	24,80
2007	1,70	2,80	4,20	5,10	6,30	7,70	9,50	12,40	15,90	18,90	23,30	27,60
2006	2,70	6,50	11,10	16,80	17,40	18,30	19,30	20,60	21,10	21,80	22,80	24,60
2005	2,94	6,08	9,45	10,63	11,15	11,33	11,63	12,14	13,05	14,70	15,80	17,20
Varição em cadeia												
2017	0,37	0,33	0,78	1,16	-0,39	1,76	1,60	-0,53	0,22	0,47	0,21	1,48
2016	0,75	0,19	0,80	1,65	0,46	-0,45	0,25	0,10	0,34	0,36	0,81	-0,22
2015	0,25	0,31	0,49	0,42	0,22	0,17	0,28	0,10	0,09	0,29	0,49	0,77
2014	0,30	0,46	0,23	0,71	0,91	0,55	0,28	0,18	0,24	0,76	0,46	1,16
2013	0,39	0,68	-0,29	1,74	0,28	0,18	0,19	0,45	0,32	0,55	0,97	1,46
2012	0,40	0,60	0,30	0,90	1,40	2,40	0,90	0,60	0,30	0,50	0,70	1,20
2011	0,50	0,90	2,20	2,30	0,90	0,30	0,20	0,80	0,30	0,50	1,00	1,80
2010	0,60	0,80	0,50	0,50	0,30	0,90	1,60	0,90	1,20	1,00	1,90	2,00
2009	0,70	0,90	1,40	1,80	1,80	1,20	0,70	0,60	0,90	1,20	1,90	2,10
2008	1,80	3,80	3,30	1,90	1,60	0,90	2,90	1,30	1,10	0,80	1,20	1,60
2007	1,70	1,10	1,30	0,90	1,10	1,40	1,60	2,70	3,10	2,60	3,60	3,50
2006	2,70	3,70	4,30	5,10	0,50	0,70	0,90	1,10	0,40	0,60	0,80	1,50
2005	2,94	3,20	3,30	1,20	0,47	0,17	0,27	0,46	0,90	1,70	1,10	1,20
Varição Homóloga												
Varição Homóloga 2017/2016	4,73	4,87	4,86	4,35	3,47	5,76	7,18	6,51	6,39	6,51	5,88	7,69
Varição Homóloga 2016/2015	4,47	4,35	4,67	5,95	6,21	5,55	5,52	5,51	5,77	5,84	6,17	5,12
Varição Homóloga 2015/2014	6,38	6,25	6,49	6,07	5,45	5,04	5,05	4,97	4,81	4,33	4,36	3,96
Varição Homóloga 2014/2013	7,04	6,80	7,37	6,28	6,95	7,34	7,44	7,14	7,07	7,28	6,74	6,43
Varição Homóloga 2013/2012	10,40	10,50	11,30	10,70	9,60	7,20	6,50	6,40	6,40	6,50	6,80	7,10
Varição Homóloga 2012/2011	11,80	11,50	9,50	8,00	8,60	10,90	11,60	11,40	11,40	11,40	11,10	10,40
Varição Homóloga 2011/2010	12,80	12,90	14,80	16,70	17,40	16,60	15,10	14,90	13,80	13,20	12,20	11,90
Varição Homóloga 2010/2009	15,90	15,90	14,80	13,40	11,80	11,50	12,40	12,80	13,20	13,00	13,00	12,90
Varição Homóloga 2009/2008	23,50	20,00	17,70	17,50	17,70	18,00	15,40	14,60	14,30	14,80	15,60	16,10
Varição Homóloga 2008/2007	27,70	31,20	33,80	35,10	35,80	35,30	37,00	35,20	32,50	30,20	27,10	24,80
Varição Homóloga 2007/2006	17,70	20,20	16,80	12,10	12,70	13,50	14,30	16,10	19,20	21,60	25,10	27,60

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

Anexo VIII - Taxas de Câmbio Oficial do Banco Central

	STN/EUR		STN/USD		Variação da média face ao período precedente, em (%)	
	Média	Último dia	Média	Último dia		
2017						
dez/17	24,5000	24,5000	20,8687	20,6836	0,00	-0,85
nov/17	24,5000	24,5000	21,0480	20,8707	0,00	0,31
out/17	24,5000	24,5000	20,9839	21,2571	0,00	1,28
set/17	24,5000	24,5000	20,7180	20,9575	0,00	-0,94
ago/17	24,5000	24,5000	20,9150	20,7148	0,00	-2,56
jul/17	24,5000	24,5000	21,4654	21,0451	0,00	-2,43
jun/17	24,5000	24,5000	21,9990	21,6278	0,00	-1,58
mai/17	24,5000	24,5000	22,3532	22,0923	0,00	-3,10
abr/17	24,5000	24,5000	23,0677	22,6852	0,00	-0,20
mar/17	24,5000	24,5000	23,1130	22,9894	0,00	-0,32
fev/17	24,5000	24,5000	23,1877	23,3152	0,00	-0,26
jan/17	24,5000	24,5000	23,2469	23,2208	0,00	-0,59
2016						
dez/16	24,5000	24,5000	23,3855	23,6140	0,00	2,40
2015						
dez/15	24,5000	24,5000	22,7229	22,5918	0,00	-0,99
2014						
dez/14	24,5000	24,5000	20,0016	20,2991	0,00	1,08
2013						
dez/13	24,5000	24,5000	18,0257	17,9088	0,00	-1,46
2012						
dez/12	24,5000	24,5000	18,8311	18,7239	0,00	-2,14
2011						
dez/11	24,5000	24,5000	18,7161	19,1510	0,00	2,97
2010						
dez/10	24,5000	24,5000	18,6917	18,5872	0,00	3,73

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexo IX - Taxas de Câmbio Oficial (USD/EURO)

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
JAN	Último dia	1,2816	1,3966	1,3710	1,3110	1,3541	1,3600	1,1305	1,0920	1,0755
	Média	1,3239	1,4272	1,3360	1,2905	1,3288	1,3610	1,1621	1,0860	1,0614
FEV	Último dia	1,2644	1,3570	1,3762	1,3454	1,3097	1,3700	1,1317	1,0888	1,0597
	Média	1,2785	1,3686	1,3649	1,3224	1,3359	1,3659	1,1240	1,1093	1,0643
MAR	Último dia	1,3308	1,3479	1,4090	1,3272	1,2805	1,3800	1,0845	1,1385	1,0691
	Média	1,3050	1,3569	1,3999	1,3201	1,2964	1,3823	1,0838	1,1100	1,0685
ABR	Último dia	1,3275	1,3315	1,4794	1,3229	1,3113	1,3800	1,1002	1,1403	1,0930
	Média	1,3190	1,3406	1,4442	1,3162	1,3026	1,3813	1,0779	1,1339	1,0723
MAI	Último dia	1,4098	1,2307	1,4272	1,2438	1,2944	1,3600	1,0896	1,1154	1,1221
	Média	1,3650	1,2565	1,4349	1,2789	1,2982	1,3732	1,1150	1,1311	1,1058
JUN	Último dia	1,4134	1,2198	1,4425	1,2418	1,3032	1,3600	1,1133	1,1102	1,1412
	Média	1,4016	1,2209	1,4388	1,2526	1,3189	1,3592	1,1213	1,1229	1,1229
JUL	Último dia	1,4138	1,3028	1,4260	1,2246	1,3284	1,3401	1,0955	1,1113	1,1727
	Média	1,4088	1,2770	1,4264	1,2288	1,3080	1,3539	1,0996	1,1069	1,1511
AGC	Último dia	1,4272	1,2713	1,4402	1,2544	1,3266	1,3178	1,1268	1,1132	1,1825
	Média	1,4268	1,2894	1,4343	1,2400	1,3310	1,3316	1,1139	1,1212	1,1807
SET	Último dia	1,4549	1,3611	1,3631	1,2874	1,3499	1,2701	1,1204	1,1161	1,1806
	Média	1,4562	1,3067	1,3770	1,2856	1,3348	1,2901	1,1221	1,1212	1,1915
OUT	Último dia	1,4800	1,3857	1,4160	1,2962	1,3755	1,2598	1,0930	1,0946	1,1638
	Média	1,4816	1,3898	1,3706	1,2974	1,3635	1,2673	1,1235	1,1026	1,1756
NOV	Último dia	1,5023	1,2998	1,3336	1,2994	1,3592	1,2480	1,0580	1,0635	1,1849
	Média	1,4914	1,3661	1,3556	1,2828	1,3493	1,2472	1,0736	1,0799	1,1738
DEZ	Último dia	1,4406	1,3280	1,2889	1,3183	1,3783	1,2160	1,0887	1,0541	1,1993
	Média	1,4614	1,3220	1,3179	1,3119	1,3704	1,2331	1,0877	1,0543	1,1836
	Média Anual	1,3933	1,3268	1,3917	1,2856	1,3282	1,3288	1,1087	1,1066	1,1293

Fonte: Banco Central Europeu

Anexo X - Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal e Real

Base Dez 2014= 100	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	99,87	101,43	99,44	100,35	100,8	101,1	108,89	109,40
Varição face ao período precedente (%)	-5,96	1,57	-1,97	0,91	0,45	0,3	7,71	0,47
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	76,56	83,99	87,28	93,05	98,52	101,31	107,36	105,92
Varição face ao período precedente (%)	2,17	9,71	3,92	6,61	5,89	2,84	5,97	-1,34

Fonte : Banco Central de São Tomé e Príncipe

Notas:

(1) Índice calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos seis maiores parceiros comerciais, nomeadamente: Portugal, Angola, Bélgica, Países Baixos, Espanha e China no período 2010/15

(2) Um aumento/diminuição do ITCN corresponde a uma apreciação/depreciação da Dobra

(3) Um aumento/diminuição do ITCR corresponde a uma degradação/melhoria da nossa competitividade preço

Anexo XI - Balança Comercial por Produto

Em Mil Dólares	2014	2015	2016	2017
1. EXPORTAÇÕES DE BENS - FOB	10 265,35	9 076,51	10 417,52	10 866,22
1.1. Produtos Agrícolas	9 601,16	8 348,33	9 166,26	9 245,71
1.1.1. Cacau	9 146,77	7 895,51	8 635,61	8 620,65
1.1.2. Café	38,79	20,26	4,27	37,06
1.1.3. Pimenta	1,03	100,35	169,44	208,81
1.1.4. Óleo de Coco	0,00	0,00	1,10	0,00
1.1.5. Chocolate	257,56	196,34	176,79	188,69
1.1.6. Coco	157,01	135,87	179,04	190,51
1.2. Outros	664,19	728,18	1 251,27	1 620,51
2. REEXPORTAÇÃO	6 954,11	2 229,86	3 226,72	4 724,22
3. IMPORTAÇÕES DE BENS- FOB	144 628,53	118 947,79	119 114,18	127 674,66
3.1. Bens de Consumo	61 721,21	48 838,05	54 396,86	50 456,68
3.1.1. Géneros alimentícios	30 804,13	25 710,29	26 620,43	27 449,80
3.1.2. Bebidas	11 677,77	8 596,76	9 509,60	7 650,49
3.1.3. Mobiliário	1 203,79	1 651,94	1 194,28	1 445,06
3.1.4. Medicamentos	729,28	622,08	713,17	948,36
3.1.5. Meios de transportes	8 764,17	6 749,72	10 231,67	6 576,27
3.1.6. Vestuário e Calçado	4 447,29	2 252,66	3 245,35	2 890,02
3.1.7. Papel e Cartão	1 195,81	760,29	771,57	762,30
3.1.8. Livros e Materiais	533,94	473,76	263,08	421,09
3.1.9. Lãs Fibras e Algodão	816,31	831,88	608,26	943,00
3.1.10. Álcool Éter e Derivados	1 548,73	1 188,67	1 239,44	1 370,28
3.2. Bens de Capital	30 291,81	27 865,49	31 157,49	36 831,10
3.2.1. Equipamento	17 379,96	15 277,44	18 219,29	26 952,88
3.2.2. Materiais de Construção	12 911,84	12 588,04	12 938,20	9 878,22
Dos quais: Ferro Alumínio e Out. Simil.	6 626,71	4 630,45	6 181,16	1 849,34
3.3. Produtos petrolíferos	41 123,98	31 260,87	21 661,88	27 567,02
3.3.1. Gasóleo	20 629,62	21 136,35	15 036,41	18 922,95
3.3.2. Gasolina	5 488,78	5 072,49	3 108,05	4 565,44
3.3.3. Outros	15 005,58	5 052,03	3 517,42	4 078,63
3.4. Outros	11 491,53	10 983,38	11 897,94	12 819,86
4. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1-3)	-134 363,17	-109 871,28	-108 696,65	-116 808,44

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Tratamento: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexo XII - Balança Comercial Geográfica

Em Mil Dólares	2014	2015	2016	2017
1. EXPORTAÇÕES - FOB	10 265,35	9 076,51	10 417,52	10 866,22
1.1. África	248,53	252,29	1 044,62	272,15
1.1.1.1. África do Sul	0,00	1,07	3,96	5,67
1.1.1.2. Angola	188,97	163,42	981,90	190,55
1.1.2.1. Gabão	17,27	48,68	11,87	14,75
1.1.3.1. Nigéria	42,28	39,12	46,89	61,18
1.2. Europa	8 177,87	7 330,68	7 253,72	8 901,15
1.2.1.1. Bélgica	2 505,63	2 248,15	661,07	1 538,53
1.2.1.2. Espanha	2 001,04	877,69	1 461,82	1 772,32
1.2.1.3. França	1 358,49	465,76	2 683,16	1 719,42
1.2.1.4. Países Baixos	2 199,67	3 274,39	2 159,37	3 249,04
1.2.1.5. Portugal	113,05	464,69	288,31	621,84
1.3. América	69,10	70,96	54,81	104,56
1.3.1.1. E. U. América	69,10	70,96	54,81	104,56
1.4. Outros Países	1 769,86	1 422,58	2 064,37	1 588,37
2. IMPORTAÇÕES - FOB	144 628,53	118 947,79	119 114,18	127 674,66
2.2. Europa	90 318,57	73 308,95	76 597,18	77 224,87
2.2.1.1. Bélgica	2 490,97	1 287,22	2 316,93	1 318,32
2.2.1.2. Espanha	855,72	2 460,74	2 351,63	1 723,40
2.2.1.3. França	828,77	644,74	1 235,62	2 422,97
2.2.1.4. Itália	224,40	142,58	222,95	307,50
2.2.1.5. Países Baixos	806,67	965,86	641,47	1 321,79
2.2.1.6. Portugal	84 586,78	67 014,20	68 927,94	68 466,15
2.2.1.7. Rep. Fed. Alemã	202,07	422,14	491,38	307,28
2.2.1.8. Suécia	7,77	0,77	0,00	2,11
2.2.1.9. Dinamarca	315,08	333,67	384,98	1 323,90
2.2.2.1. Suíça	0,34	37,03	24,29	31,44
2.3. África	43 720,39	32 341,49	24 259,72	33 226,78
2.3.1.1. África do Sul	367,08	125,72	871,75	150,53
2.3.1.2. Angola	39 340,69	29 378,86	20 644,76	28 107,82
2.3.2.1. Gabão	2 904,52	2 011,16	1 866,13	1 504,35
2.3.2.2. Camarões	131,56	15,03	101,79	20,13
2.3.3.1. Nigéria	593,46	401,84	565,74	3 086,23
2.3.3.2. Togo	383,07	408,88	209,54	357,71
2.4. Ásia	4 513,62	7 809,54	11 055,95	8 944,09
2.4.1. China	2 935,74	3 601,02	6 153,69	6 012,59
2.4.2. Coreia	0,49	85,36	71,87	232,89
2.4.3. Indonésia	793,02	525,57	632,65	508,60
2.4.4. Japão	557,27	2 659,61	2 869,64	1 246,25
2.4.5. Taiwan	58,35	34,09	794,99	133,53
2.4.6. Vietname	0,00	28,73	0,00	56,74
2.4.7. Tailândia	168,75	875,16	533,12	753,48
2.5. América	3 218,04	2 138,74	4 231,48	3 827,57
2.5.1.1. E. U. América	3 014,53	1 672,88	2 030,35	2 197,98
2.5.2.1. Bahamas	0,00	0,00	1 478,87	0,00
2.5.2.2. Brasil	203,51	465,87	722,27	1 629,59
2.6. Médio Oriente	857,22	961,22	1 087,94	1 049,43
2.6.1. Emirados A. U.	857,22	961,22	1 087,94	1 049,43
2.7. Outros Países	2 000,69	2 387,85	1 881,90	3 401,93
3. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (7-2)	-134 363,17	-109 871,28	-108 696,65	-116 808,44

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Tratamento: Banco Central De São Tomé e Príncipe

Anexo XIII - Balança de Pagamentos

Fluxos do período (Milhões de Dólares)	2014	2015	2016	2017
1. Balança corrente	-103,94	-68,6937	-61,4940	-73,1450
1.1. Balança de bens	-127,41	-107,6414	-105,4699	-112,0842
Exportações de bens (f.o.b.)	17,22	11,3064	13,6442	15,5904
das quais:cacau	9,15	7,8955	8,6356	8,6207
Importação de bens (f.o.b.)	144,63	118,9478	119,1142	127,6747
1.2. Balança de serviços	-14,69	11,5865	17,1969	11,0512
crédito	69,88	78,6775	82,9196	76,5635
das quais:viagens de turismo	47,31	55,2319	61,4696	53,8083
débito	84,57	67,0910	65,7227	65,5122
1.3. Rendimento primário	6,69	2,8471	2,8467	-1,4210
crédito	12,50	6,9323	6,2801	2,6308
débito	5,81	4,0851	3,4334	4,0518
1.4. Rendimento secundário	31,47	24,5141	23,9324	29,3090
crédito	34,04	26,9201	26,6816	32,6149
dos quais:donativos em bens alimentares	2,82	1,7181	1,6437	2,0961
remessas de emigrantes	25,16	19,6252	17,4626	18,1921
débito	2,56	2,4060	2,7491	3,3059
dos quais:remessas imigrantes***	0,00	0,0000	0,0000	0,0000
2. Balança de capital	29,59	32,1005	29,7263	29,7073
3. Balança financeira	-60,44	-22,9335	-66,5005	-48,2628
3.1. Investimento directo	-22,56	-25,2693	-22,3250	-40,7401
Investimento directo no exterior	3,93	2,6548	1,0061	0,2863
Investimento directo no país	26,49	27,9241	23,3311	41,0264
dos quais:empresas petrolíferas	11,05	24,1640	19,3012	39,2911
3.2. Investimento de carteira	6,84	6,6311	0,6060	0,5876
Activos	6,88	4,2114	0,5984	0,6662
Passivos	0,04	-2,4197	-0,0076	0,0786
3.3. Derivados Financeiros	0,00	-0,5045	0,0000	0,0000
3.4. Outros Investimentos	-47,23	-13,7514	-32,1467	-5,0229
Activos	-28,02	7,8205	-19,5325	2,2270
Passivos	19,21	21,5719	12,6142	7,2499
3.5. Activos de Reserva	2,51	9,9605	-12,6348	-3,0874
4. Erros e Omissões líquidos	13,91	13,6597	-34,7329	-4,8251
<i>por memória:</i>				
Balança Corrente e de Capital	-74,35	-36,5932	-31,7676	-43,4377

As principais diferenças entre os registos da 5ª e 6ª edição devem-se essencialmente à mudança de metodologia e maior cobertura de informações (a) dados provisórios

Fonte: Banco Central de S. Tomé e Príncipe





BANCO CENTRAL
— S. TOMÉ E PRÍNCIPE —



Banco Central de S. Tomé e Príncipe
Praça da Independência, São Tomé
C.P. 13
Tel.: 00 239 22243700
Fax : 00 239 2222777
Site: www.bcstp.st